



# AGRICULTURAS

EXPERIÊNCIAS EM AGROECOLOGIA

Leisa Brasil

MAR 2016 • vol. 13 n. 1



**Comunicar  
para Transformar**

Revista Agriculturas: experiências em agroecologia é uma publicação da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, em parceria com a Fundação ILEIA – Holanda.

Rua das Palmeiras, n.º 90  
Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, Brasil 22270-070  
Telefone: 55(21) 2253-8317 Fax: 55(21)2233-8363  
E-mail: revista@aspta.org.br  
www.aspta.org.br

PO Box 90, 6700 AB Wageningen, Holanda  
Telefone: +31 (0)33 467 38 75 Fax: +31 (0)33 463 24 10  
www.ileia.org

#### CONSELHO EDITORIAL

**Claudia Schmitt**

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ

**Eugênio Ferrari**

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, MG - CTA/ZM e Universidade Federal de Viçosa

**Ghislaine Duque**

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e Patac

**Jean Marc von der Weid**

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

**Maria Emília Pacheco**

Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – Fase - RJ

**Romier Sousa**

Instituto Técnico Federal – Campus Castanhal

**Sílvio Gomes de Almeida**

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

**Tatiana Deane de Sá**

Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária - Embrapa

#### EQUIPE EXECUTIVA

**Editor** – Paulo Petersen

**Produção executiva** – Adriana Galvão Freire

**Assistência de edição** - Rosa L. Peralta

**Editora Convidada** – Círcia M K Peruzzo

**Base de dados de subscritores** – Carolina Soares

**Copidesque** – Rosa L. Peralta

**Revisão** – Jair Guerra Labelle

**Tradução** – Rosa L. Peralta

**Foto da capa** – Taisa Lewitzki

**Projeto gráfico e diagramação** – Igmias Comunicação Integrada

**Impressão:** Reproset

**Tiragem:** 1.000

A AS-PTA estimula que os leitores circulem livremente os artigos aqui publicados. Sempre que for necessária a reprodução total ou parcial de algum desses artigos, solicitamos que a Revista Agriculturas: experiências em agroecologia seja citada como fonte.

**ACESSE:**  
[www.aspta.org.br/agriculturas](http://www.aspta.org.br/agriculturas)

# SUMÁRIO

04

EDITORA CONVIDADA • Círcia M. Krohling Peruzzo

## ARTIGOS

07

### A CONSTRUÇÃO DE UMA COMUNICAÇÃO LIBERTADORA NO SEMIÁRIDO

Catarina de Angola, Daniel Lamir, Fernanda Cruz, Gleiceani Nogueira, Monyse Ravena, Veronica Pragana e Ylka Oliveira

12

### RAIZ QUE SUSTENTA A NOSSA IDENTIDADE

Helen Santa Rosa e Felisa Cançado Anaya

18

### O RADIOTEATRO COMO INSTRUMENTO DE MOBILIZAÇÃO DA JUVENTUDE CAMPONESA

Elka Macedo

23

### LIVROS DE PANO: COSTURANDO E COMUNICANDO PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS FAXINALENSES

Táisa Lewitzki, Ana Alice Eleuterio e Antonio de la Peña García

30

### COMUNICAÇÃO TEM GOSTO? AS EXPERIÊNCIAS DO PROJETO FLORA – REFLORESTANDO A REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ

Priscila Facina Monnerat, Natália Almeida Souza e Bernardo Amaral Vaz

36

### CAMPOS DE MORANGO PARA SEMPRE: UMA EXPERIÊNCIA DE PARCERIA AGRICULTOR-PESQUISADOR

Steve Gliessman e Jim Cochran

42

### A AGROECOLOGIA É UMA REVOLUÇÃO EPISTEMOLÓGICA

Diana Quiroz entrevista Victor M. Toledo

46

### COMUNICAÇÃO PARA A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: DESAFIOS E AVANÇOS INSTITUCIONAIS

João Carlos Canuto e Mário Artemio Urchei

53

### MUTAÇÕES POLÍTICO-ESTÉTICAS NA COMUNICAÇÃO DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Juliana Dias e Mônica Chiffolleau

# COMUNICAR PARA TRANSFORMAR

■ **Cicilia M. Krohling Peruzzo**



Os meios de comunicação – em sentido amplo, a comunicação – se interconectam com todos os processos que movem a vida em sociedade. Como tal, eles se atrelam a diferentes propósitos, tanto os que contribuem para a emancipação humana quanto aqueles que se empenham em manter visões, valores culturais e práticas favoráveis aos interesses das classes que detém o poder econômico e político. Embora contribuam para o fluxo de informação, o entretenimento e a difusão de conhecimento, os grandes meios de comunicação, como o rádio, a televisão, os jornais e seus portais da internet, não atendem às necessidades comunicativas de todos os setores da sociedade. Sendo assim, para poderem se comunicar, segundo seus propósitos e necessidades, os segmentos organizados da sociedade civil já descobriram que precisam criar e desenvolver seus próprios modos e canais de comunicação.

A comunicação como parte de uma estratégia de transformação social é algo que se constrói paulatinamente e conforme as circunstâncias e necessidades de cada organização popular ou movimento social no seu tempo e no lugar em que se situa. É preciso considerar também o grau de clareza quanto a esses contextos, bem como a capacidade de lidar com os meios de comunicação.

Com o tema *Comunicar para transformar*, esta edição da *Revista Agriculturas* tem a intenção de gerar reflexão e oferecer subsídios sobre a importância, as possibilidades e as estratégias da comunicação popular e comunitária, considerando a sua contribuição nas práticas voltadas à conscientização e à ação de agricultores e agriculturas na promoção da Agroecologia.

Como mostra a entrevista de Victor M. Toledo (pág. 42), a Agroecologia é complexa. Ela é, ao mesmo tempo, uma ciência – gerando e tendo como base o conhecimento científico –, uma prática social inovadora – que articula o conhecimento

tradicional dos agricultores e o dos especialistas – e um movimento social – pois forma e se constitui em redes colaborativas reunindo diferentes atores.

Em última instância, a Agroecologia requer uma *descolonização* do saber e das práticas agrícolas, atualmente fundadas nos pressupostos de um padrão de desenvolvimento alicerçado na monocultura, na mecanização e na química agrícola que se revelou predador do meio ambiente e gerador de relações sociais de produção desiguais no campo, além de ser nocivo à saúde pública. No entanto, a Agroecologia não apenas desconstrói, mas constitui um outro tipo de saber, que respeita a agricultura familiar e é voltado à sustentabilidade e à convivência sadia com a natureza. São incontáveis as experiências na agricultura familiar e nos assentamentos rurais – que desenvolvem novas práticas, novos conhecimentos e novos modos de produção agrícola, testemunhando efetivas possibilidades de um desenvolvimento integral e agroecológico. Nesta publicação, trazemos apenas uma pequena amostra desse movimento.

Como mostra Félix Guattari, a Ecologia, em sua acepção ampla, apresenta três pilares: o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana. Ao identificar e reconhecer o estado em que se encontra cada uma dessas dimensões, é possível rever as concepções da relação das pessoas com o meio ambiente fundadas no padrão expropriativo tradicional, contestar as desigualdades entre produtores e detentores do capital, mexer com a subjetividade humana, na vida em sociedade, assim como agir para transformar a realidade. A mudança de mentalidade, portanto, não diz respeito apenas à relação com a terra, mas também a fatores que intervêm nas relações entre as pessoas. No contexto das práticas agroecológicas, por exemplo, na região da Borborema, na Paraíba, é comum o questionamento das formas individualistas na lida com os problemas do campo e a instituição de modos colaborativos de organização e cooperação comunitárias, como é o caso do Fundo Solidário para a construção de cisternas, para a implantação de hortas caseiras e para a criação de animais. Enfim, trata-se de uma práxis voltada ao convívio saudável e duradouro entre os agentes locais e destes com a natureza, o que contribui para gerar um processo que questiona e, ao mesmo tempo, transforma visões, valores, saberes e práticas, proporcionando a geração de novos conhecimentos e modos de vida.

A comunicação popular, comunitária e alternativa tem um potencial ímpar de ajudar nesse processo, mais precisamente na efetivação dos objetivos, metas e estratégias das organizações de base popular, sindical, associativa e dos movimentos sociais. Tal potencialidade ocorre, em primeiro lugar, porque ela é protagonizada por esses atores como algo deles mesmos, feito por eles e para eles e/ou por aliados organicamente ligados a seus propósitos. Portanto, é capaz de refletir suas próprias necessidades, anseios e visão de mundo. Segundo, porque essa outra comunicação se realiza de forma articulada às atividades e estratégias mais amplas de ação social delineadas e executadas numa dinâmica construtiva de alternativas frente às condições desfavoráveis ao pleno desenvolvimento social integral e comunitário.

No contexto rural, a práxis comunicacional se articula às atividades de organizações populares associativas voltadas à produção, à comercialização e ao consumo de produtos agrícolas sem agrotóxicos e com base no uso sustentável da terra e das riquezas naturais, em contraponto, portanto, às práticas defendidas pelo agronegócio segundo os parâmetros do desenvolvimentismo. Aspectos dessa comunicação estão contidos explicitamente (ou nas entrelinhas) nos artigos que compõem esta edição.

Quando se fala sobre comunicação popular e comunitária, é comum percebê-la apenas em sua dimensão mais evidente, ou seja, a partir dos meios – ou canais – de

comunicação que lhe dão mais *visibilidade* (focados na apresentação institucional) e *materialidade* (por meio da difusão de conteúdos sobre suas propostas e ações concretas, além de materiais informativos). No entanto, tão ou mais importantes são os meios através dos quais as organizações e movimentos populares se expressam para a difusão de mensagens e aqueles utilizados, como é comum dizer, como instrumentos de conscientização e para a mobilização. Nesse sentido, a comunicação se mescla às atividades de formação, organização e ação e são direcionadas a seus públicos principais, ou seja, os destinatários prioritários de suas estratégias de atuação institucional.

Além disso, para fazer valer suas estratégias tanto de difusão de suas reivindicações e visão de mundo na sociedade quanto de mobilização e trabalho de base, as organizações têm recorrido cada vez mais ao emprego de tecnologias (vídeo, rádio, televisão, jornal, blogs, sites, whatsapp, mídias e redes sociais online, etc.). Ao incorporar essas mídias, a comunicação popular e comunitária acaba se constituindo num processo facilitador da realização de outros processos, como os de conscientização-organização-ação de segmentos das classes subalternizadas.

A experiência brasileira de comunicação popular e comunitária, portanto,



**COMUNICAR PARA TRANSFORMAR QUER DIZER  
APROPRIAR-SE DE MEIOS E FORMAS DE COMUNICAÇÃO  
PARA FAZER VALER OS DIREITOS E DEVERES DE  
CIDADANIA DOS SEGMENTOS EMPOBRECIDOS DA  
POPULAÇÃO E, SIMULTANEAMENTE, EXERCITAR  
A COMUNICAÇÃO COMO UM DIREITO HUMANO**

não deixa dúvidas sobre a pertinência dessas práticas que inspiraram conceitos e que, por sua vez, orientam novas práticas. Mas uma segunda dimensão também faz parte da dinâmica sociocomunitária, a da comunicação face a face interpessoal e grupal. Em outras palavras, a comunicação humana dialógica, como diria Paulo Freire. Ambas constituem processos facilitadores das dinâmicas comunitaristas de segmentos empobrecidos mas organizados da população, conscientes de seu papel de protagonistas no encaminhamento de soluções para os problemas que os afetam.

A comunicação como diálogo é inerente às relações humanas. Ela acontece nas conversas cotidianas; na contação de casos; nos rituais presenciais (danças, festas, rezas) e outras manifestações artísticas e culturais; mas também no diálogo de saberes entre técnicos(as) e agricultores(as); nas comunicações em eventos nas universidades e centros de pesquisa; em reuniões, encontros, palestras, oficinas e visitas de intercâmbio; nas marchas de protesto e caravanas, e em outros espaços de interação social. Afinal, comunicar é dialogar, é pôr em comum, é compartilhar, é coordenar ações de interesse comum. É uma via de duas mãos, implica reciprocidade e, naturalmente, está presente em todas as experiências de associativismo comunitário.

Muitas dessas formas de comunicação podem ser percebidas nos relatos contidos nos artigos aqui publicados. Neles, encontramos também estratégias comunicacionais que se valem de meios tecnológicos para a mediação entre emissores e receptores. Por um lado, esses meios são úteis para a difusão de mensagens mobilizadoras, denunciativas, reivindicatórias e conscientizadoras, além de serem necessários para registrar e documentar as vivências e novas formas de convivência com a natureza e para disseminar conhecimentos. Muitos meios e linguagens são produzidos, como boletins, fotografias, cartazes, filmes, vídeos, peças teatrais, revistas, programas de rádio, poesias, artigos, panfletos, entre outros. Por outro lado, os canais de comunicação também podem ser facilitadores de processos de intercâmbio, formação, geração e troca de conhecimento, a exemplo do uso do vídeo, da fotografia, do caderno de leitura, do CD musical, do cartaz, do livro de pano (que simultaneamente serve para valorizar práticas de costura e tecelagem, assim como para resgatar e registrar o saber popular em receitas culinárias), etc.

Simultaneamente, técnicas de relações públicas comunitárias permeiam as experiências, por exemplo, ao estabelecer o relacionamento das organizações locais com a população, universidades, centros de pesquisa, órgãos do poder público e assim por diante.

Como se pode ver no conjunto dos artigos, *comunicar para transformar* quer dizer apropriar-se de meios e formas de comunicação para fazer valer os direitos e deveres de cidadania dos segmentos empobrecidos da população e, simultaneamente, exercitar a comunicação como um direito humano. Essa perspectiva comunicacional se coaduna com as ideias de Paulo Freire quanto à comunicação dialógica como transformadora das condições de submissão e dominação.

Em última instância, trata-se de uma contra comunicação que interpela aquela capitaneada pelos meios convencionais que praticam a difusão de conteúdos de forma unidirecional e comprometida com uma concepção de desenvolvimento que serviu e ainda serve aos interesses do grande capital transnacional, da indústria química e do agronegócio.

Uma vez orgânica às práticas agroecológicas da agricultura familiar, a comunicação popular e comunitária pode ajudar na geração e na troca de conhecimentos, pode contribuir para transformar visões da relação com a terra, com a cultura dos antepassados, abrindo possibilidades de convivência – harmônica, próspera e saudável – com a natureza.

#### CICILIA M. KROHLING PERUZZO

Doutora em Ciências da Comunicação

Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo

Autora dos livros *Relações públicas no modo de produção capitalista*; *Comunicação nos movimentos populares – a participação na construção da cidadania*; *Televisão comunitária – dimensão pública e participação cidadã na mídia local*.

kperuzzo@uol.com.br

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. 2.ed. Tradução de Maria Cristina F.Bittencourt. Campinas: Papyrus, 1990.

# A construção de uma COMUNICAÇÃO LIBERTADORA NO SEMIÁRIDO

■ Catarina de Angola, Daniel Lamir, Fernanda Cruz, Gleiceani Nogueira, Monyse Ravena, Veronica Pragana e Ylka Oliveira

# A

Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) nasce de um processo cultural e político construído ao longo de anos por organizações da região que atuavam com um objetivo comum: a convivência com o semiárido.

As capacitações realizadas de forma integrada aos programas da ASA orientam-se por princípios da educação popular e da comunicação comunitária



Foto: ASA

Motivada por um desejo coletivo de construir novas formas de organização, visando ao desenvolvimento de políticas públicas compatíveis e adequadas à região, a ASA colocou o direito à água no centro de sua atuação. Essa bandeira, além de atender uma demanda real do povo, tem funcionado como agente catalisador de outros processos e como janela para outros direitos, entre eles, o direito à comunicação.

A partir de 1999, o Programa Um Milhão de Cisternas (PIMC) surge como um elo entre a pauta da convivência com o semiárido e o direito à comunicação, materializado e fortalecido nos processos de mobilização social e participação cidadã.

Para Márcio Simeone Henriques (2004, p. 20), *a comunicação adequada à mobilização social é antes de tudo dialógica, libertadora e educativa*. Na dissertação de mestrado *Comunicação popular na construção de políticas de acesso à água no semiárido: a experiência da ASA*, Viviane Brochardt afirma que *a comunicação dialógica considera o homem um ser de relações, sujeito de saberes. Não transfere conhecimento, mas propõe um encontro de interlocutores* (2013, p. 79).

A partir desse prisma, a comunicação possibilita a construção de diálogos problematizadores dos contextos nos quais a população rural da região está inserida. Ao perceberem a realidade – o seu funcionamento e as forças que a sustentam –, as pessoas mudam sua relação com o entorno e acionam a sua capacidade de interagir com uma determinada situação. Diante de seu poder catalisador, esse exercício de comunicação apresenta-se como um recurso defendido e legitimado nos movimentos de Educação Popular e de Comunicação Popular, que acreditam que os processos de transformação, para serem reais, devem ser endógenos, protagonizados por quem almeja a transformação.

Em sua prática, a ASA reconhece a comunicação popular como estratégia e elemento importante para a convivência com o semiárido, ao garanti-la como componente metodológico dos seus programas. A comunicação popular norteia a concretização de ações, como os encontros de comunicação, de onde surgem as cartas políticas; a produção de programas de rádio; os intercâmbios de experiências entre famílias; e as sistematizações de histórias de vida dos agricultores e agricultoras, possibilitando que ganhem visibilidade e sejam propagadas pelo mundo afora.

Ao assumir politicamente uma comunicação voltada para os interesses das classes populares, nesse caso, os povos do semiárido, a ASA contribui para a efetivação do direito humano à comunicação. Graças à capacidade de descentralização e capilaridade da ação da ASA, são criados novos canais para a troca de saberes, assim como são revitalizadas práticas e valores que se enraízam semiárido afora. Mais que isso, a articulação reconhece que os sujeitos das suas ações não são meros receptores de informação e conteúdo, mas também produtores e multiplicadores de conhecimentos.

**OS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO,  
PARA SEREM REAIS, DEVEM SER  
ENDÓGENOS, PROTAGONIZADOS  
POR QUEM ALMEJA A TRANSFORMAÇÃO**

O semiárido brasileiro ocupa 18% do território nacional, com presença em 10 estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais.

É também através da comunicação que o Brasil passa a compreender melhor a lógica da convivência com o semiárido e enxerga as transformações sociais e políticas na vida de milhares de mulheres, homens, jovens e crianças. Gradualmente, a capacidade de inovação, a resiliência e o potencial da região vão se sobrepondo à imagem de uma terra destinada à extrema pobreza, dependente de ajuda externa e lugar de um povo sem valor. Assim, por meio da construção de outra imagem do semiárido, a relação da região com as demais do Brasil, bem como a do espaço rural com o urbano, é ressignificada.

**RUMO AO DIREITO  
À COMUNICAÇÃO  
NO SEMIÁRIDO**

Helena Martins, jornalista e integrante do Intervenções – Coletivo Brasil de Comunicação Social, explica que o conceito



O reconhecimento e a valorização do saber de agricultores e agricultoras familiares são elementos básicos da estratégia de ação da ASA

*de direito humano à comunicação foi sendo construído, ao longo do século 20, devido ao fato de termos passado a viver em um mundo com um fluxo de informação cada vez maior. Acontecimentos como as guerras mundiais e escândalos políticos envolvendo a mídia deixaram claro que a comunicação se tornou elemento central para a constituição de uma sociedade democrática.*

Na prática, o direito humano à comunicação está relacionado ao direito de todas as pessoas de ter acesso à informação e à liberdade de expressão. Alguns teóricos e organizações que militam pela garantia desse direito têm debatido a ampliação desse conceito, incluindo o acesso ao poder de comunicar através da mídia. Segundo Peruzzo (2004)

*As liberdades de informação e de expressão postas em questão na atualidade não dizem respeito apenas ao acesso da pessoa à informação como receptor, ao acesso à informação de qualidade irrefutável, nem apenas ao direito de expressar-se por quaisquer meios – o que soa vago –, mas de assegurar o direito de acesso do cidadão e de suas organizações coletivas aos meios de comunicação social na condição de emissores – produtores e difusores – de conteúdos. Trata-se, pois, de democratizar o poder de comunicar. Os maiores expoentes dessa nova concepção são uma gama de estudiosos da comunicação, ativistas, movimentos e organizações da sociedade civil.*

Essa questão foi assumida politicamente no VIII Encontro Nacional da ASA (EnconASA), ocorrido em Minas Gerais, em 2012. A partir da vivência em alguns estados

*e das discussões ocorridas no evento, a Carta Política demarcou a importância de garantir esse direito aos povos do semiárido. O documento afirma: ... não podemos ignorar a exclusão que sofrem os povos do semiárido aos diversos meios de comunicação, especialmente, às rádios e televisões comunitárias, que funcionam como um instrumento de reafirmação da identidade e de fortalecimento das lutas pelos seus direitos. Sonhamos com o dia em que nosso povo exerça o seu direito de comunicar com a mesma autonomia, força e resistência com que constrói sua história de convivência com o semiárido.*

Para Martins, o direito à comunicação deve também incorporar a *promoção da diversidade cultural, apoiando a produção regional e combatendo os preconceitos e distorções na forma como a mulher, o negro e os povos tradicionais e tantos outros e outras são retratados na mídia* (MARTINS, 2014).

Comunicação e Sistematização é um componente do PI+2. O debate sobre sistematização foi inspirado na experiência institucional da AS-PTA na assessoria ao Polo da Borborema.<sup>1</sup> Nos últimos anos, organizações vinculadas à ASA nos estados vêm realizando sistematizações a partir do enfoque em variadas temáticas relevantes para a convivência com o semiárido, tais como gênero, juventudes e cultura.

<sup>1</sup> Essa experiência institucional está descrita em artigo publicado na edição V.3, N.4 da Revista *Agriculturas*. Ver em <<http://aspta.org.br/revista/v3-n4-sistematizacao-conhecimento-que-vem-das-praticas/a-sistematizacao-no-fortalecimento-de-redes-locais-de-inovacao-agroecologica/>>.

Nessa perspectiva, vemos o tamanho do desafio para o semiárido pautar na mídia suas especificidades, explicitando a interdependência entre os direitos à comunicação, à água, à terra e ao território.

Portanto, apesar de a luta pelo direito à comunicação não ser a parte mais visível da ação da ASA, sua trajetória institucional demonstra que a defesa da vida e dos povos do semiárido está intrinsecamente alicerçada nos valores da educação-cidadã e da comunicação comunitária.

## O ENRAIZAMENTO DA COMUNICAÇÃO PARA A MOBILIZAÇÃO E A FORMAÇÃO POLÍTICA

A partir de 2007, com a chegada do Programa Uma Terra e Duas Águas (PI+2), a construção coletiva do conhecimento e a valorização do saber de agricultores e agricultoras familiares ganham força enquanto elementos inspiradores para a ação da ASA. Ao aproveitar as dinâmicas estabelecidas pelo novo projeto, em especial

O direito à comunicação foi um tema debatido no VIII EconASA, realizado em 2012, em Januária, na região Norte de Minas Gerais



Foto: João Roberto Ripper

a sistematização de experiências e seus desdobramentos, o tema da comunicação popular toma corpo político nos estados em que a ASA está presente.

Sobre essa comunicação popular e democrática, a autora Círcia Peruzzo descreve: *É meio de conscientização, mobilização, educação política, informação e manifestação cultural do povo. É canal por excelência de expressão das denúncias e reivindicação dos setores organizados da população oprimida. Deve estar vinculada à luta pela conscientização [e integrada] num processo de luta com perspectiva de [uma] nova sociedade* (PERUZZO, 2004, p. 125).

O conceito de Peruzzo dialoga diretamente com a comunicação que a ASA já praticava, embora esta ainda fosse bastante focada nos instrumentos e pouco pautada politicamente. Mas *O Candeeiro*, boletim informativo do PI+2, utilizado para registrar as mais variadas experiências de convivência com o semiárido, desafia a ASA a comunicar de um novo jeito, envolvendo de forma direta cada vez mais atores, entre eles, homens e mulheres protagonistas das experiências e os comunicadores e comunicadoras populares.

Essa Rede de Comunicadores e Comunicadoras Populares está descentralizada nas diversas microrregiões e territórios do semiárido, desenvolvendo processos de comunicação junto às organizações que compõem a ASA. Entre esses processos, está a sistematização de experiências de agricultores, agricultoras, grupos, associações, coletivos. Para Oscar Jara Holliday (2006), a sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido. Nessa perspectiva, os(as) comunicadores(as) contribuem para que a comunicação da ASA visibilize histórias de um semiárido diverso, plural, com uma série de questões a serem ainda conquistadas em diversos campos, mas com um grande potencial de vida, riqueza e sabedoria.

# “ APESAR DE A LUTA PELO DIREITO À COMUNICAÇÃO NÃO SER A PARTE MAIS VISÍVEL DA AÇÃO DA ASA, SUA TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DEMONSTRA QUE A DEFESA DA VIDA E DOS POVOS DO SEMIÁRIDO ESTÁ INTRINSECAMENTE ALICERÇADA NOS VALORES DA EDUCAÇÃO CIDADÃ E DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

A comunicação da ASA está a serviço do povo do semiárido, anunciando suas belezas e demandas e denunciando as opressões. No entanto, os desafios para essa dinâmica são muitos. A compreensão da comunicação como direito das pessoas é uma realidade na ASA, mas que ainda precisa ser amadurecida. É preciso o envolvimento de diversos outros sujeitos para fortalecer esses processos de comunicação.

## A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO POPULAR DO SEMIÁRIDO MINEIRO

A ASA Brasil, como rede que atua em dez estados, é formada por coletivos estaduais com singularidades, dinâmicas próprias e graus diversos de amadurecimento com relação a determinados temas e práticas. No campo da comunicação popular, a ASA Minas possui uma experiência interessante conduzida pela Rede de Comunicadores e Comunicadoras Populares do estado: a Escola de Comunicação Popular do Semiárido Mineiro.

A escola é um espaço de formação e troca de experiências para fortalecer as comunidades tradicionais, as famílias agricultoras, as organizações sociais e suas lutas, a partir de estratégias de comunicação popular. Os conteúdos são abordados em cinco módulos itinerantes, que ocorrem de forma alternada nas regiões do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha, sempre mesclando um tema técnico com uma reflexão política, iluminada pelo contexto e experiência local.

O projeto mineiro está documentado em vídeo produzido recentemente pela ASA, intitulado *O Semiárido contado por sua gente*.<sup>1</sup> O documentário apresenta essa e outras experiências de comunicação popular protagonizadas pelos povos da região semiárida em seus territórios.

<sup>1</sup> O vídeo está disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=r\\_Q81rvWPPQ](https://www.youtube.com/watch?v=r_Q81rvWPPQ)>.

CATARINA DE ANGOLA  
DANIEL LAMIR  
FERNANDA CRUZ  
GLEICEANI NOGUEIRA  
MONYSE RAVENA  
VERÔNICA PRAGANA  
YLKA OLIVEIRA

Jornalistas, integrantes da Assessoria de  
Comunicação da ASA (ASACom)  
asacom@asabrasil.org.br

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ASA. **PIMC**, Recife, 2003.
- BROCHARDT, Viviane dos Santos. **Comunicação popular na construção de políticas de acesso à água no semiárido: a experiência da ASA**. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília.
- HENRIQUES, Márcio S. et al. **Comunicação e Estratégias de Mobilização Social**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. Brasília/DF: MMA, 2006.
- MARTINS, Helena. **Comunicação também é direito fundamental**. Blog Intervenções. 9 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervenoes/comunicacao-tambem-e-direito-humano-fundamental-7938.html>>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (Org.). **Comunicação pública**. Campinas: Alínea, 2004, v. 1, p. 49-79.
- \_\_\_\_\_. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 29, 2006, Brasília, **Anais...** São Paulo: INTERCOM, 2006.

Jovens Xakriabá assumem responsabilidade de produzir os conteúdos de comunicação em defesa de sua identidade e de seu território



# Raiz que sustenta A NOSSA IDENTIDADE

■ Helen Santa Rosa e Felisa Cançado Anaya

*Se a gente pensar a comunicação como uma raiz do Cerrado, vai ver que é ela que vai ligando uma ação a outra e vai andando em busca do seu objetivo, que é levar e registrar o conhecimento e a cultura.*

(Joel Guaruntã, professor do Ponto de Cultura Loas - Xakriabá)



povo Xakriabá é a maior nação indígena do estado de Minas Gerais, com aproximadamente 10 mil habitantes ocupando uma

área demarcada de 60 mil hectares na região do Alto-Médio São Francisco. O território é dividido em 32 aldeias, possui estrutura de governança própria, com lideranças em cada uma delas, além dos pajés e caciques, que exercem funções políticas definidas.

Apesar de toda a pressão externa, os Xakriabá nunca perderam a referência indígena, sempre alimentada pelos rituais e outras práticas coletivas, marca simbólica e comunicada de sua identidade. Essa forma de resistência coaduna com a ideia defendida por Carneiro (2008), em seu livro *Cultura com aspás*, de que as práticas rituais, enquanto representação de crenças e como um elemento de reafirmação étnica de determinados grupos sociais, constituem uma espécie de linguagem comunicada, um discurso que fala de si mesmo.

No presente texto, pretende-se demonstrar como algumas estratégias e mecanismos de reprodução social dos Xakriabá devem ser vislumbrados à luz de uma concepção ampliada de comunicação. Como veremos, foi por meio de práticas tradicionais de mobilização e ação coletiva, da incorporação de tecnologias modernas e da abertura de canais de interlocução com atores heterogêneos que os Xakriabá conseguiram fortalecer e espalhar sua mensagem em defesa de seu território, cultura e identidade.

## SISTEMAS DE DIÁLOGO E MOBILIZAÇÃO PARA A DEFESA DO TERRITÓRIO

Segundo Hilário Correa Dbazakzekô,<sup>1</sup> mobilizador geral do povo Xakriabá, no campo das relações internas, os *ajuntamentos*, também chamados de mutirões, configuraram a primeira estratégia de mobilização, diálogo e ações coletivas. Os homens se *ajuntavam* para fazer a limpa de uma roça, para abrir uma estrada e para cuidar das nascentes, mas também para debater questões estratégicas e encaminhar ações de interesse coletivo. Era natural, portanto, que os ajuntamentos assumissem papel crucial na afirmação da identidade étnica e na defesa do território, luta que remonta à década de 1920.

Dbazakzekô lembra de forma especial de um ajuntamento realizado na Aldeia Sapé, que reuniu mais de 600 indígenas.

<sup>1</sup> Depoimento concedido durante entrevista realizada em fevereiro de 2016.

# “ A COMUNICAÇÃO XAKRIABÁ É CALCADA NA PRODUÇÃO E NA TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTOS QUE POSSUEM SIGNIFICADOS SIMBÓLICOS QUE OS IDENTIFICAM COMO POVO

*Foi um processo muito violento de tomada do nosso território, que levou muita gente a abandonar suas casas, e alguns chegaram até a morrer. Mas a gente era resistente e saía de um ajuntamento marcando outro, e cada vez tinha mais gente.*

O depoimento faz referência a uma época de forte perseguição e confrontos armados que culminaram com o brutal assassinato do cacique Rosalino e de outros dois membros da Aldeia Sapé em fevereiro de 1987. Naquele mesmo ano, após o que ficou conhecido como o *Massacre Xakriabá*, o território foi finalmente homologado.

O cacique Rodrigão, principal liderança Xakriabá, criou o conselho de lideranças, formado por representantes de cada aldeia. Nessa estrutura de governança interna, as reuniões e assembleias passaram a ser o espaço privilegiado de discussão e deliberação sobre as questões coletivas. Os *ajuntamentos* continuam, embora mais voltados para trabalhos produtivos. A partir de então, a luta dos Xakriabá foi direcionada à retomada territorial que levou à ampliação da terra indígena de Rancharia (2003) e Vargem Grande (2014). É nesse contexto de resistência que se constitui um processo de aproximação política com outros povos e comunidades tradicionais da região que se materializa na *Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais*,<sup>2</sup> fenômeno recente que vem animando o cenário político regional.

<sup>2</sup> A Articulação surge em meados de 2006, com a edição do Decreto 6.040/2006 que reconhece a diversidade de povos e comunidades tradicionais brasileiros. Congrega povos vazanteiros, veredeiros, geraizeiros, quilombolas e indígenas do Norte de Minas e os apanhadores de flores sempre-vivas no Alto Vale do Jequitinhonha, despontando como estratégia de solidariedade, intercâmbio e fortalecimento das lutas por direitos, sobretudo ao território.

## REGISTRO DA MEMÓRIA PELA EDUCAÇÃO INDÍGENA

Em 1997, os Xakriabá são beneficiados pelo Programa de Implantação de Escolas Indígenas de Minas Gerais (PIEIMG), coordenado pela Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG). Além do magistério indígena, o programa incluía a construção de escolas e a elaboração de materiais didáticos, fortalecendo o contexto de reafirmação cultural e políticas do grupo, no âmbito das estratégias de acesso às políticas públicas e garantia de direitos. Mais tarde, em 2003, inicia-se o Programa Estadual de Licenciatura Indígena, com o objetivo de formar professores nativos para o exercício da docência nas escolas indígenas. De acordo com dados da SEE/MG, em 2008, havia mais de 2.500 alunos matriculados e mais de 200 professores indígenas atuando nas 34 escolas da Terra Indígena Xakriabá (TIX). Dentre estes, Santos (2010, p. 130) destaca os professores de cultura, que *surgem [nas escolas Xakriabá] como ícones do ensino diferenciado e, mais que isso, como atores importantes no processo de levantamento da cultura.*

Uma das exigências feitas aos acadêmicos indígenas durante o período da graduação era de que toda intervenção realizada nas aldeias fosse registrada através de fotografia ou gravação de áudio. Nessa época, era intensa a interação do povo Xakriabá com as cidades vizinhas, assim como houve a ampliação do acesso a créditos e investimentos produtivos, fatores que também colaboram para o acesso a instrumentos tecnológicos. O professor de cultura Joel Guaruntã comenta sobre a importância desse processo que promove a valorização das práticas culturais do povo Xakriabá: *Nós não conhecemos muita coisa do que aconteceu no passado. Registrar o nosso modo de vida hoje tem um sentido histórico, de construção de um memorial para as novas gerações.*

## PROJETOS DE CULTURA

A primeira década de 2000 é marcada por grande projeção do grupo no campo político. Nos últimos três mandatos, o povo Xakriabá alcançou o feito de eleger prefeitos indígenas e obter maioria na câmara municipal,<sup>3</sup> além de circular e fazer-se ouvir pelos lugares mais diversos (SANTOS, 2010). O grupo também lidera e é referência em importantes processos políticos no sertão norte-mineiro, por meio da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais. Esse processo de tomada dos espaços de representação política foi acompanhado por uma ampliação do acesso às políticas públicas. As associações indígenas iniciam a implantação de projetos voltados para ações ambientais (proteção de nascentes), produtivas (casas de farinha, rapadura e de sementes) e culturais.

Apesar dos avanços na garantia de direitos como território, saúde, escola e energia elétrica, várias perdas relacionadas ao modo de vida tradicional foram sendo observadas. No *tempo dos antigos*, como dizem os mais velhos, as práticas culturais, os rituais, a agricultura, a língua era o que os diferenciava. Havia dificuldades no acesso à terra, mas o povo era mais sábio.

Nesse contexto, é possível perceber a importância da implantação de projetos culturais para os Xakriabá. Em 2006, foi construída a Casa de Cultura Xakriabá, com o apoio da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em parceria com a Província de Modena (Itália), o Instituto de Cooperação e Solidariedade Internacional Emilia Romagna (Iscos) e a Associação Nacional de Ação Indigenista

<sup>3</sup> Desde 2004, o município de São João das Missões tem como gestor um indígena. O primeiro prefeito foi José Nunes, filho do cacique Rosalino, assassinado durante o Massacre Xakriabá. Hoje, estão na terceira gestão indígena, com fortes articulações para a sucessão.

(Aná). Idealizada pelo artista xakriabá Ney, a casa foi totalmente construída por indígenas – pedreiros, artesãos de telhas, tijolos e palhas – e passa a ser o espaço de encontro para os grandes rituais e manifestações culturais. Ao contribuir para fortalecer o diálogo entre anciãos, jovens e crianças, retoma a estratégia dos ajuntamentos como momentos de reafirmação da cultura e de formação política.

Por intermédio de um projeto apoiado pelo Fundo Estadual de Cultura no ano de 2008, foram implantadas três casinhas de cultura em apoio aos artesões, buscando animar ainda mais as práticas culturais existentes na TIX. Em 2009, conseguem aprovar o projeto Ponto de Cultura *Loas*, nome que faz referência ao duelo de rimas muito frequente nos momentos de festa. Instalado na Casa de Cultura, compreende ações como oficinas de dança, música, artesanato e vestimentas com os mestres tradicionais, o que contribui para o resgate de ofícios e o fortalecimento

Nas Casas de Cultura mestres locais realizam oficinas que resgatam ofícios e tradições



das práticas culturais. Também são realizadas oficinas no campo da comunicação, como produção de audiovisuais, gravação e edição de áudio, fotografia e até de *loas*. O projeto proporcionou ainda a instalação de uma rádio e de um estúdio para edição de vídeos.

Nicolau Alquimim, guardião da agrobiodiversidade e ex-presidente da Associação Indígena Xakriabá Aldeia Barreiro Preto (AIXABP), conta que havia uma preocupação com a formação, mas também com a informação. Por isso, buscaram implantar projetos que colaborassem para divulgar as ações. *A gente queria informar e formar o nosso povo sobre o que estava acontecendo, sobre as lutas e também as ações dos projetos. Por isso fomos registrando através de vídeo e fotografia, depois editamos e fomos enviando os vídeos para as lideranças e escolas. Passávamos em todo canto.* Até hoje, os visitantes que chegam à Casa de Semente da Aldeia Vargens são recebidos com um vídeo que apresenta as ações voltadas para a promoção e proteção da agrobiodiversidade, assim como podem visualizar painéis com fotos, boletins e cartazes.

Um conjunto de atividades e produtos foi sendo implementado ao longo do tempo, buscando contribuir com os dois grandes objetivos da comunicação para o Povo Xakriabá: a divulgação das ações dos projetos e o registro da memória. Para animar essas iniciativas, foi criado o coletivo Raízes de Xakri, formado por jovens das aldeias Sumaré e Barreiro.

A produção de vídeos e os registros fotográficos foram sendo pautados a partir da necessidade de documentar as lutas e os rituais tradicionais, como danças, rezas, coleta do pequi, recuperação das nascentes, resgate das sementes, retomada dos territórios, dentre outros aspectos da vida e da cultura Xakriabá. Também é feita a cobertura dos grandes acontecimentos, como encontros, mutirões, conferências e visitas que acontecem no território indígena.

Os Xakriabá começaram a publicar seus próprios livros, a contar suas histórias também de forma escrita. O livro é todo confeccionado dentro da TIX: a capa é de papelão, com uma pintura de artistas locais, e o texto é escrito a partir das atividades que acontecem nas escolas, digitado e impresso no Ponto de Cultura. Até hoje foram publicados cinco livros, sempre acompanhados do registro audiovisual de sua produção.

O povo Xakriabá também publica o Jornal *Etiké Kustche*, que na língua nativa quer dizer *flecha de fogo*. O jornal, que tem texto e diagramação feitos pelo coletivo de jovens, apresenta notícias de ações que ocorreram na TIX ou que são de interesse do grupo, além de agendas de eventos e campanhas de cons-



Para o Povo Xacriabá, a comunicação tem o objetivo de divulgar ações locais e registrar sua memória

cientização. Guaruntã lembra que o jornal é usado pelos professores na escola como fonte de informação, já que aborda acontecimentos e temas importantes, a partir de uma linguagem local, de fácil compreensão. Em função do término do projeto, o jornal não está mais sendo publicado. A perspectiva é que retome suas edições a partir deste ano, em parceria com o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM).

O projeto Ponto de Cultura Loas também compreende o Maracá Studio. Os materiais produzidos no estúdio têm auxiliado os professores em suas atividades de sala de aula e consistem em registros de áudio de vários eventos, além da gravação de CDs de música na língua nativa ou de artistas indígenas cantores de forró e moda de viola. Uma última atividade realizada no final de 2015 foi a gravação de contos e histórias da literatura Xakriabá. Além de ser utilizado na escola, o conteúdo está sendo veiculado na rádio.

## RÁDIO XAKRIABÁ E O PAPEL DA JUVENTUDE

Os jovens crescem vivenciando a sua cultura com os mais velhos. As oficinas sobre artesanato e práticas culturais possibilitaram maior diálogo entre anciãos e jovens. Ao mesmo tempo, a juventude vem interagindo com as novas tecnologias, ocupando cada vez mais espaço nas mobilizações políticas, na educação e na comunicação.

Exemplo disso é o último veículo de comunicação implantado na TIX: a Rádio Xakriabá 87.9 – Comunicação e Cultura, inaugurada no dia 24 de janeiro de 2015. A juventude exerce um papel fundamental na rádio, sendo responsável por realizar a maior parte da programação. Toca *música de dentro*, feita pelo povo Xakriabá, e *música de fora*, as músicas da moda, produtos da indústria cultural, divulgadas amplamente nas rádios e festas das cidades. Todas as lideranças que retornam de atividades externas representando os Xakriabá passam na rádio para socializar informações e encaminhamentos. Os eventos de interesse coletivo realizados na Casa de Cultura são transmitidos pela rádio, o que faz com que todas as aldeias sejam informadas sobre questões relevantes. Já foram transmitidas reuniões sobre educação indígena e assembleia de lideranças indígenas. Os visitantes que passam por lá também sempre dão entrevista na rádio.

Flávia Waryju e Edgar Correia Kanaykô fazem parte do Coletivo de Comunicação Raízes de Xakri. Durante entrevista, ela afirma que tem crescido a participação da juventude na comunicação, mas ainda é preciso que os jovens assumam o seu papel e ocupem cada vez mais espaços políticos. *Somos nós que vamos assumir essas lutas no futuro. É importante acompanhar a luta que as lideranças realizam hoje, ouvir os anciãos para ter a sabedoria de ajudar a conduzir a nossa história.*

Um dilema entre os mais velhos e os jovens é quanto à influência das tecnologias nas tradições. Edgar Kanaykô reforça que a tecnologia pode ser importante aliada no processo de visibilização das lutas e identidade do povo Xakriabá. *Temos a necessidade de reverter o jogo de forças, adequar as ferramentas de hoje para expressar o que pensamos, divulgarmos a nossa identidade. As tecnologias são ferramentas que nos ajudam a sair da invisibilidade. Os indígenas hoje tem acesso à internet, assim como aqueles que historicamente falaram por nós e sobre nós.* O Coletivo também se articula com outros povos, fortalecendo campanhas contra a violação de direitos. A partir das redes sociais, dinamiza o Coletivo Audiovisual Indígena no Brasil (Caib).

Manuel Castells (2006, p. 22), em seu livro *O poder da identidade*, define *significado* como a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator. A comunicação Xakriabá é calcada na produção e na transmissão de conhecimentos, que possuem significados simbólicos que os identificam como povo. Joel Guaruntã evidencia esse diálogo geracional, que fortalece e ao mesmo tempo molda uma nova identidade. *Quando registramos a nossa cultura, fazemos isso a partir do saber dos mais velhos, da forma como nos passaram, e editamos com o nosso olhar. É uma construção coletiva do conhecimento que mostra o que verdadeiramente somos, a nossa identidade.*

### HELEN SANTA ROSA

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território UFMG/Unimontes, pesquisadora do NIISA/Unimontes e comunicadora do CAA/NM e da ASA/MG  
helen@caa.org.br

### FELISA CANÇADO ANAYA

Doutora em Sociologia, pesquisadora do NIISA/Unimontes, professora da Unimontes e do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território UFMG/Unimontes  
felisaanaya@gmail.com

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- CIMI. **Documento Interno**. 02/2016.
- CUNHA, Manuela C. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. In: **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 235-244, 311-387.
- PEREIRA, Verônica Mendes. **A Cultura na escola ou escolarização da cultura?** Um olhar sobre as práticas culturais dos índios Xakriabá. 2003. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- SANTOS, Ana Flávia Moreira. **Do terreno dos caboclos do Sr. São João à Terra Indígena Xacriabá**: as circunstâncias da formação de um povo. Um estudo sobre a construção social de fronteiras. 1997. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília.
- SANTOS, Rafael Barbi Costa e. **A cultura, o segredo e o índio**: diferenças e cosmologia entre os Xacriabá de São João das Missões/MG. 2010. Dissertação (Mestrado) – Antropologia Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Jovens camponeses atualizam a linguagem e os conteúdos abordados no rádio



ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
UM DIREITO SEU!  
DE TER UMA ALIMENTAÇÃO  
SAUDÁVEL, COM ALIMENTOS  
DA AGRICULTURA FAMILIAR.





# O radioteatro como instrumento de MOBILIZAÇÃO DA JUVENTUDE CAMPONESA

■ Elka Macedo

O uvir rádio faz parte do cotidiano de milhares de famílias que residem no semiárido. Seja no campo ou na cidade, a programação radiofônica acompanha as pessoas, informando, divertindo e entretenendo. Nos pequenos municípios, muitas vezes o rádio é o principal meio de disseminação dos fatos que acontecem na localidade e na região. No meio rural, a sua importância é ainda maior, visto que em muitos locais o sinal de telefone e internet inexistem.

Mesmo quando há acesso à internet, à televisão e a tantos outros meios de comunicação mais modernos e hoje popularizados, o rádio não perde seu status e espaço dentro das casas e da vida das famílias agricultoras. Se não em casa, mas em seu formato portátil, o rádio acompanha os(as) agricultores(as) na roça, na feira e nos terreiros. Agroecologia, segurança alimentar, armazenamento das sementes, políticas públicas e ações de preservação do meio ambiente são alguns dos temas que se pautados nas rádios podem sensibilizar e orientar a sociedade, angariando seu apoio. Nesse sentido, o rádio constitui uma ferramenta estratégica importante e necessária de mobilização e disseminação de bandeiras e lutas que podem transformar a vida das populações do semiárido.

*Enquanto exerce a tarefa de revelar cenários atuais e sugerir possibilidades futuras, o rádio permite a formação da autoconsciência e da consciência coletiva [...] A linguagem da Rádio é a linguagem que o seu público ouve, fala e compreende; sua programação é contextualizada (PEREIRA, 2001, p.03).*

Além disso, o rádio abre um leque de possibilidades para atrair o interesse dos mais diversos públicos, uma vez que se pode optar por uma variedade de formatos de programas, seja jornal, radioteatro, radionovela, revista ou mesmo spots

(pequenas propagandas). Cavalcanti e Pareyn (2007) reforçam esse potencial de assumir múltiplos formatos, afirmando que *podem ser grandes aliados na formação de uma nova consciência ambiental, trazendo temas de interesse da comunidade, ajudando a decodificar certas informações e a estimular a participação, o envolvimento dos diversos atores sociais.*

## RADIOTEATRO: UMA VELHA FERRAMENTA ATUALIZADA PARA E PELOS JOVENS DE HOJE

Pensando na abrangência e na importância do rádio para a formação de opinião pública, o Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas (Caatinga) desenvolveu oficinas de radioteatro envolvendo crianças e adolescentes, filhos(as) de agricultores(as). Essa modalidade radiofônica consiste na *contação* de narrativas reais ou fictícias com início, meio e fim, para serem veiculadas no rádio. Utilizando personagens e efeitos sonoros, o dinamismo do radioteatro tem o poder de atrair, informar e divertir os mais diversos públicos, tanto os ouvintes como aqueles envolvidos na sua produção.

O objetivo maior dessas oficinas não é apenas ensinar a técnica, mas informar e formar crianças e adolescentes acerca de bandeiras e temas defendidos pelo movimento agroecológico, bem como disseminar tais assuntos de forma lúdica e objetiva para as populações do Araripe pernambucano – território de atuação direta do Caatinga.

Estruturadas em módulos práticos, as oficinas permitiram que as crianças e os adolescentes trabalhassem em grupos, escolhessem os temas, criassem personagens e dividissem os papéis e as falas. Depois de gravados e editados, os episódios de radioteatro foram veiculados no programa de rádio da instituição – Programa Agricultura Familiar em Debate –, que vai ao ar aos sábados das 7h às 8h da manhã na Rádio Voluntários da Pátria AM (a rádio é comercial e, portanto, o horário é alugado pelo Caatinga). Algumas das produções que abordaram temas mobilizadores, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), foram disponibilizadas no site da instituição e gravadas em CD para serem distribuídas em escolas públicas rurais do município de Ouricuri.

*Além de ser uma experiência nova, fazer radioteatro foi bem legal. E foi bom saber o que é o PNAE, porque a maioria dos estudantes que tem o PNAE funcionando não conhece. Eu acho importante que eles saibam porque vão saber da procedência do alimento que consomem, que é da agricultura familiar e que só vai trazer saúde para eles, avaliou a jovem Niemilly Alencar, do Sítio Canto Alegre, Ouricuri (PE), ao se referir à oficina.*

A viagem no ambiente imaginativo proporcionou aos pequenos a experiência de serem protagonistas de sua própria história e elaborar, nesse sentido, finais felizes, como no caso do roteiro que narra como uma associação se organizou para conseguir acessar o PNAE no município, melhorando a renda das famílias e a qualidade da

alimentação dos estudantes das escolas públicas da localidade, inclusive seus filhos; ou a história de uma família que abandonou o uso de venenos e passou a adotar práticas agroecológicas.

Em 1983, o educador Paulo Freire (1983, p. 45) já destacava a importância da comunicação como algo que favorece o protagonismo das pessoas, visto que, [...] *na comunicação, não há sujeitos passivos. Os sujeitos cointencionados ao objeto de seu pensar comunicam seu conteúdo. O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo.*

À luz de Freire, podemos vislumbrar o quanto a participação do povo na produção do conteúdo tem resultados expressivos e positivos. Ao envolver jovens e crianças em espaços de debate, possibilitando a construção de seus próprios produtos, a exemplo dos episódios de radioteatro, consegue-se então atingir uma sensibilização espontânea e conjunta de vários atores da sociedade. A experiência no Araripe estimulou pais, parentes e vizinhos a ligar o rádio e sintonizar na estação, com o intuito de ouvir o que os pequenos tinham a dizer. O fato é que as crianças e adolescentes envolvidos conseguiram naturalmente mobilizar as famílias para escutar e pensar sobre os temas abordados. Utilizar o rádio ou outro veículo de comunicação para disseminar iniciativas como essa é, sem dúvida, o exercício do direito humano à comunicação.

É salutar refletir sobre os meios de comunicação enquanto instrumentos estratégicos de mobilização que vêm sen-



Programas para o rádio construídos pelos jovens abordam temáticas do território

do ocupados e utilizados pelas minorias para a divulgação de ações de interesse coletivo e defesa de direitos básicos. Sabe-se que, embora pautada como direito humano, a comunicação no nosso país é dominada por a seletos grupos de empresários e políticos, o que dificulta o seu exercício pleno pelo povo.

Desse modo, Comparato (2001, p. 13) parte do princípio de que *a comunicação social, numa sociedade democrática, é matéria de interesse público, isto é, pertinente ao povo, não se podendo, portanto, admitir nenhuma forma direta ou indireta de controle particular sobre os meios de comunicação de massa.*

Nesse sentido, a democratização dos meios de comunicação acontecerá à medida que cada pessoa se sensibilize sobre o seu direito de se expressar e de ocupar espaços de mídia e saiba aproveitar e utilizar instrumentos alternativos para manifestar pensamentos e bandeiras. Esse movimento de apropriação e reivindicação é necessário para se contrapor aos grandes monopólios da mídia brasileira tradicionalmente

avessos a abrirem espaço para que a população possa comunicar suas demandas de forma livre e democrática.

## APRENDIZADOS

A comunicação plural e acessível a todas as pessoas, independente de credo, cor, raça ou classe social, ainda é um sonho a ser realizado. Entretanto, em alguns recantos do nosso país, pequenas ações tornam esse desejo realidade. Iniciativas envolvendo produções em rádio e vídeo, a publicação de boletins e a criação de blogs e páginas em redes sociais têm sido a saída encontrada por organizações não governamentais, movimentos sociais, comunidades e grupos de jovens e mulheres para tomar a *parte que lhes cabe neste latifúndio* que é a comunicação de massa no Brasil.

E é com o uso dessas ferramentas que muitas mobilizações são feitas e conseguem atrair milhares de pessoas para a de-



## É SALUTAR REFLETIR SOBRE OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO ENQUANTO INSTRUMENTOS ESTRATÉGICOS DE MOBILIZAÇÃO QUE VÊM SENDO OCUPADOS E UTILIZADOS PELAS MINORIAS PARA A DIVULGAÇÃO DE AÇÕES DE INTERESSE COLETIVO E DEFESA DE DIREITOS BÁSICOS

fesa de bandeiras de luta e de direitos. Agroecologia, as estratégias de convivência digna e sustentável com o semiárido e as lutas pelo fim da violência contra a mulher e pela efetivação de políticas que garantam seus direitos são algumas das pautas que, mesmo não sendo replicadas pelos grandes meios, vêm ganhando visibilidade no cenário nacional.

Reconhecemos, por fim, que fazer comunicação *com* as pessoas e *para* as pessoas ainda é um grande desafio. Mas a cada pequena iniciativa temos a prova de que é possível fazer diferente e gerar um sentimento de pertencimento da população em relação aos produtos e materiais que dão espaço e voz ao povo.

Preparando o radioteatro a partir de temáticas relacionadas à agricultura familiar



**ELKA MACEDO**

Assessora de comunicação da ONG Caatinga e Bacharel em Comunicação Social pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb)  
elkamacedo@gmail.com

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALENCAR, Niemilly. Ouricuri: 2015. **Programa Agricultura Familiar em Debate**, (Rádio Voluntários da Pátria). Entrevista concedida a Bruno Morais.
- ASSUMPCÃO, Zeneida Alves de. **A rádio na escola: uma prática educativa eficaz**. Revista de Ciências Humanas. Universidade de Taubaté, v. 7, n. 2, jul.-dez. 2001. p. 33-38. Disponível em: <http://www.bemtv.org.br/portal/educominicar/pdf/radionaescola.pdf>Acesso em: 26 de janeiro de 2016.
- CAVALCANTI, Edneida Rabelo; PAREYRN, Frans Germain (Org). **O uso da rádio na educação e comunicação ambiental: contribuição para a gestão integrada de recursos hídricos e florestais no semiárido brasileiro**. Recife: Associação Plantas do Nordeste; Fundação Joaquim Nabuco, 2007. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/nesa/LivretoOUsodaRadionaEducacaoeComunicacaoAmbienta.pdf>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2016.
- COMPARATO, Fábio Konder. A democratização dos meios de comunicação de massa. **Revista USP**, São Paulo, n.48, p. 6-17, dez./fev. 2000-2001.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p. (O Mundo, Hoje, v. 24).
- PEREIRA, Célia Maria Corrêa et al. **Educação em ondas: o rádio como instrumento e como possibilidade**. In: Congresso Brasileiro de ciências da Comunicação, 24, 2001, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Intercom 2001, v. 1. p. 142-142. Disponível em: <http://www.carosouvintes.org.br/blog/wp-content/uploads/educacaoemondas.pdf>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2016.

Elaboração dos  
conteúdos dos  
livros de pano



Fotos: T. Lewitzki

# LIVROS DE PANO: costurando e comunicando práticas agroecológicas faxinalenses

■ Taísa Lewitzki, Ana Alice Eleuterio e Antonio de la Peña García

**A** confecção de livros de pano é uma ferramenta artística e participativa que busca difundir e fortalecer ações coletivas. Como técnica, valoriza práticas de costura e tecelagem geralmente desenvolvidas por mulheres. Como processo, contribui para dar um significado crítico a construções baseadas em saberes artísticos e práticos ligados à esfera privada ou familiar e, por associação, ao que comumente se considera o âmbito feminino. O livro de pano, visto assim, tem a faculdade de introduzir as práticas em tecido na comunidade e legitimar seu uso como instrumento educativo e político dentro e fora dela. A valorização de práticas e construções coletivas femininas contribui para visibilizar grupos tradicionalmente excluídos das esferas decisórias em diversas comunidades, incentivando formas mais inclusivas de organização social.

Através do projeto de extensão *Livros de pano: confeccionando narrativas da paisagem socioambiental faxinalense*, apoiado pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)<sup>1</sup> e desenvolvido em faxinais próximos à zona metropolitana de Curitiba (PR), mediamos a confecção de livros que representassem memórias, relatos e práticas da vida faxinalense. O processo de confecção, realizado em parceria com lideranças de comunidades membros da Associação Articuladora dos Faxinalenses da Região Metropolitana de Curitiba (Asafaxim), objetivou a produção de materiais artísticos e pedagógicos para a difusão da cultura local que não só permitissem, como também priorizassem o protagonismo de seus autores.

As histórias, narradas predominantemente por mulheres, mostraram as diversas formas de interação com tradições e práticas relacionadas à agrobiodiversidade presente nos faxinais. A importância das mulheres em processos de produção, sistemas alimentares locais e integração de redes familiares e comunitárias foi um ponto central nos relatos criados. A natureza participativa da confecção de livros levou os participantes a refletir sobre seu papel como indivíduos e em seus contextos socioambientais, com características específicas que inspiram narrativas e estéticas visuais.

<sup>1</sup> Para maiores informações sobre as atividades do projeto, acessar [www.facebook.com/livrosdepanofaxinais](http://www.facebook.com/livrosdepanofaxinais).

Registro da memória da comunidade como meio para reforçar a identidade cultural



**A CRIAÇÃO DE PRODUTOS DE  
COMUNICAÇÃO CONTRIBUI  
NÃO SÓ PARA VISIBILIZAR AS  
DEMANDAS E EMPODERAR GRUPOS  
HISTORICAMENTE EXCLUÍDOS, MAS  
TAMBÉM PARA O CONHECIMENTO DAS  
PRÁTICAS TRADICIONAIS NA REGIÃO**

**AGRICULTURA E SOCIEDADE NOS FAXINAIS**

Os faxinais são comunidades tradicionais de produtores rurais localizadas na região metropolitana ao sul de Curitiba e no centro-sul do Paraná. Diferenciam-se de outras comunidades camponesas pela forma de organização social e espacial de seus territórios, os quais são divididos em áreas comunitárias destinadas à criação de animais e extrativismo vegetal e áreas destinadas à roça.

Nas áreas comunitárias estão situadas as residências das famílias, com suas hortas e quintais. Embora essas terras sejam de uso ou propriedade privada, a sua apropriação é coletiva, sendo regulamentada por normas localmente estabelecidas. Tradicionalmente, o único espaço cercado é o das unidades familiares. Os animais, principalmente suínos e bovinos, transitam livremente pelas áreas de floresta remanescente que compõem essa extensão de uso coletivo. Essas práticas de manejo florestal integrado à criação de animais são responsáveis pela conservação de extensas áreas de floresta ombrófila mista na região (LOWEN SAHR; CUNHA, 2005).

Entre conversas, as mulheres reescrevem suas histórias



## OS LIVROS DE PANO E A REIVINDICAÇÃO DO TERRITÓRIO E DA CULTURA FAXINALENSES

Para compreender o contexto no qual se inseriram as oficinas de construção dos livros de pano, é importante conhecer a história de luta dessas comunidades tradicionais. Os faxinais vêm passando por intensos processos de mudança cultural e pressão territorial que ameaçam frontalmente os modos de vida locais e, sobretudo, as áreas de uso comum. Os faxinais próximos à região metropolitana de Curitiba sofrem diretamente os efeitos da expansão urbana e da conversão do uso do solo em monocultivos e plantações florestais (SOUZA, 2009). Essas pressões têm ocasionado, segundo relatos, tensões locais, discriminação de pessoas e modos de vida, êxodo rural, entre outros abalos.

Na última década, a organização política dos faxinalenses em torno de uma identidade étnica e coletiva possibilitou avanços jurídicos. No entanto, acirrou ainda mais os conflitos entre moradores ou detentores de terras rurais que se posicionam a favor ou contra a existência e a continuidade das áreas de uso comum.

A formação, em 2005, da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses pode ser vista como um marco no enfrentamento das violências produzidas pelo sistema dominante de produção, caracterizado pela intensiva capitalização e privatização da natureza. Através dessa Articulação, os faxinalenses buscam formas de visibilizar seu modo de vida e reivindicar políticas públicas que atendam às suas especificidades sociais e identitárias. Para tanto, lideranças faxinalenses têm proposto, entre outras medidas, a produção de materiais educativos representativos do modo de vida local e a inserção dos mesmos nos currículos das escolas locais.

Livro de pano: uma inovação para resgate de memórias e reafirmação da identidade de faxinalense



Nesse contexto, a criação de produtos de comunicação contribui não só para visibilizar as demandas e empoderar grupos historicamente excluídos, mas também para o conhecimento das práticas tradicionais na região. O uso do tecido nessas construções oferece diversas possibilidades de expressão, por aliar a escrita a elementos artísticos e lúdicos. Elaborar narrativas nesse meio é um processo social que fomenta a participação coletiva, particularmente das mulheres, e, indiretamente, trabalha a resolução de conflitos. Fundamentalmente, permite que relatos pessoais, muitos deles relacionados à execução de práticas agroecológicas, sejam transformados em relatos coletivos relevantes no âmbito das reivindicações de grupos específicos e da comunidade em geral.

## PREPARAÇÃO DAS OFICINAS

As oficinas para a construção dos livros de pano foram realizadas durante o primeiro semestre de 2015, nos faxinais de Espigão das Antas e Meleiro, ambos localizados ao sul da região metropolitana de Curitiba. Inicialmente, fez-se em cada comunidade uma reunião aberta informativa, para convocar os membros interessados em participar das oficinas. Estas ocorreram em horários, periodicidade e locais decididos coletivamente, contando, em média, com 15 participantes. No faxinal Espigão das Antas, o grupo foi composto exclusivamente por mulheres, enquanto que no Faxinal Meleiro a participação foi mista, embora com maioria de mulheres.

O processo que culminou na confecção dos livros de pano foi gradativo. Em uma primeira etapa, as oficinas objetivaram a apresentação da proposta e a troca de expectativas e experiências que pudessem ser úteis na elaboração



Confecção do livro de pano

dos livros (como habilidades com bordados e costura). Esses momentos foram essenciais para a construção de uma identidade coletiva e para que o grupo se apropriasse do processo.

Posteriormente, as oficinas enfocaram as temáticas que seriam abordadas e as tarefas necessárias para a elaboração dos livros. Temas, divisão de trabalhos e autoria dos livros foram decididos coletivamente em diversas reuniões. As histórias que compuseram os livros foram escritas e narradas individualmente, mas foram debatidas pelos grupos de participantes. O término da confecção dos livros foi celebrado com uma cerimônia de lançamento, que envolveu integrantes dos dois grupos, em um momento de intercâmbio de experiências vivenciadas durante o processo. A metodologia é flexível, podendo ser atualizada constantemente para contemplar as singularidades dos grupos e pessoas. Além das oficinas, visitas e conversas privadas foram importantes para acolher os anseios pessoais dos participantes.

O principal desafio nessa ação foi a elaboração das narrativas, visto que os saberes e conhecimentos faxinalenses são pouco valorizados, gerando dúvidas quanto ao mérito e importância dos mesmos. Além disso, as mulheres, que têm limitada participação nos processos decisórios locais, inicialmente não se mostravam confortáveis em compartilhar experiências ou

mesmo em falar em público. Porém, as oficinas ofereceram um espaço social fecundo para a reflexão sobre o valor social e cultural das práticas cotidianas consideradas triviais.

## COSTURANDO A AGROBIODIVERSIDADE

Apesar de elaborados a partir de metodologias similares, os livros de pano das duas comunidades abordaram temáticas distintas. A comunidade de Faxinal Meleiro optou por costurar, pintar e bordar dois livros: o primeiro conta a história da comunidade por meio de narrativas construídas a partir de vivências individuais. Em treze páginas, o livro *Faxinal Meleiro: viver em comunidade* traduz práticas do dia a dia, entre elas, formas de plantar e colher, conhecimentos tradicionais e a criação de animais à solta.

O segundo livro, intitulado *Receitas da roça - Faxinal Meleiro*, apresenta receitas que evidenciam práticas artesanais na produção e no preparo de alimentos tradicionais. O texto e a simbologia enaltecem o modo de produção nos faxinais, destacando atividades e conhecimentos predominantemente de domínio das mulheres. Descrevem a seleção de sementes e mudas, os processos e espaços de produção e criação, os períodos e formas de coleta e armazenamento dos alimentos e o preparo e partilha dos mesmos.

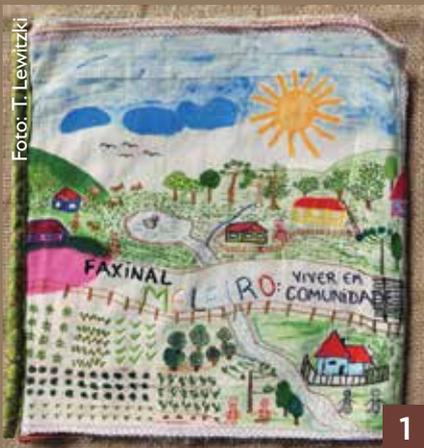


Foto: T. Lewitzki

1



Foto: T. Lewitzki

2



Foto: T. Lewitzki

2



Foto: T. Lewitzki

3



Foto: T. Lewitzki

4



Foto: T. Lewitzki

5

Fig. 1. Capa do livro *Faxinal Meleiro: viver em comunidade*, mostrando as áreas comunitárias de criação e roças  
 Fig. 2. Receitas apresentadas no formato de histórias orais e versos que compõem o livro *Receitas da roça: Faxinal Meleiro*  
 Fig. 3. Mulheres do grupo *Juntas Somos Mais* do Faxinal Espigão das Antas  
 Fig. 4. Confeção dos livros de pano por mulheres do Faxinal Espigão das Antas  
 Fig. 5. Idalina em seu quintal no Faxinal Meleiro



## AS NARRATIVAS QUE COMPÕEM OS LIVROS FORAM GERADAS A PARTIR DE DEBATES QUE ENVOLVERAM TEMAS COMO PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA, SEGURANÇA ALIMENTAR, MÉTODOS TRADICIONAIS DE PRODUÇÃO, IDENTIDADE E LUTA DAS MULHERES NA COMUNIDADE

Já o livro elaborado no faxinal Espigão das Antas retrata trajetórias de mulheres que formam o Grupo *Juntas Somos Mais*, ressaltando a diversidade de seus fazeres e saberes e a relevância do grupo em suas vidas. Os textos em rima, prosa e versos manifestam a poesia faxinalense incorporada às histórias e sonhos das mulheres do Espigão.

### POTENCIALIDADES DOS LIVROS

Inicialmente, o objetivo do Projeto Livros de Pano era fomentar a criação de materiais educativos a partir de um processo coletivo. Como facilitadores do processo, acreditamos que esses materiais podem ser usados e valorizados em espaços sociais e educativos da comunidade, incluindo escolas públicas. As oficinas e trocas de histórias e saberes, no entanto, mostraram que o próprio processo de elaboração coletiva de narrativas e confecção dos livros correspondeu a uma das principais potencialidades do projeto: oferecer às mulheres uma oportunidade para entender e consolidar, a partir de suas práticas, sua importância política nos faxinais.

Os livros abordaram histórias pessoais que permeiam o processo de produção de alimentos e percepções sobre a vida em comunidade. As narrativas que compõem os livros foram geradas a partir de debates que envolveram temas como produção agroecológica, segurança alimentar, métodos tradicionais de produção, identidade e luta das mulheres na comunidade. Desde a perspectiva política e organizativa, o livro de pano é uma ferramenta que pode ser utilizada em conjunto com outras metodologias de sistematização de experiências agroecológicas de mulheres (CARDOSO; RODRIGUES, 2009).

Assim, os processos de construção dos livros representaram uma importante ferramenta de diálogo e reflexão local, possibilitando a discussão e o intercâmbio de conhecimentos entre indivíduos e grupos. Além disso, evidenciaram a importância das mulheres nos vínculos entre meio ambiente e formas de organização. Nesse sentido, ofereceram às participantes a

oportunidade de refletir sobre seus papéis como mulheres em uma produção agroecológica firmemente baseada em práticas e crenças locais.

### AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os homens e mulheres participantes das oficinas nos faxinais Meleiro e Espigão das Antas, em especial ao sr. Amantino de Beija. O projeto foi financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da Unila.

#### TAÍSA LEWITZKI

Antropóloga e bolsista do projeto de extensão Livros de Pano, Unila  
taisalewitzki@yahoo.com.br

#### ANA ALICE ELEUTERIO

Profa. do curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, Unila  
ana.eleuterio@unila.edu.br

#### ANTONIO DE LA PEÑA GARCÍA

Prof. do curso de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos, Unila  
antonio.delapena@unila.edu.br

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CARDOSO, E; RODRIGUES, V. Mulheres construindo a Agroecologia no Brasil. **Revista Agriculturas**, v. 6, n. 4, p. 12-16, 2009.
- SOUZA, Roberto Martins de. Mapeamento Situacional dos Faxinais no Paraná. In: ALMEIDA, A.; SOUZA, R. (Org.). **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas, 2009.
- SAHR C.; CUNHA L. O significado social e ecológico dos Faxinais. **Revista Emancipação**, v. 5, n. 1, p. 89-104, 2005.



A comunicação assume caráter de ação política



# COMUNICAÇÃO TEM GOSTO?

As experiências do  
Projeto Flora –  
Reflorestando a Reforma  
Agrária no Paraná

■ Priscila Facina Monnerat, Natália Almeida Souza e Bernardo Amaral Vaz

**N**o idioma dos projetos, o termo *público-alvo* é utilizado de forma automática. A maioria dos editais pergunta de antemão: qual é o público-alvo? Na praticidade do dia a dia, naturalizamos essa expressão, referindo-nos às pessoas como *alvos*, ou seja, objetos e destinatários das ações, e não sujeitos.

Essa inquietação surgiu após o processo de avaliação do primeiro ano do Projeto Flora.<sup>1</sup> Percebemos que enquanto o plano de formação falava em educadores e educandos e de uma relação horizontal, o plano de comunicação falava em alvo. Seria então uma forma *bancária*<sup>2</sup> de pensar a comunicação, em que as ações são simplesmente depositadas em recipientes vazios? Tratamos então de entender essas diferenças e buscar novos referenciais na comunicação para além da Publicidade e Propaganda (HENRIQUES, 2003; PERUZZO, 2004; DE LIMA, 2011). Em paralelo, fizemos um esforço para

<sup>1</sup> O Projeto Flora - Reflorestando a Reforma Agrária é realizado desde 2013 pelo Instituto de Agroecologia do Contestado em mais de 44 municípios do Paraná. O desafio é transformar áreas degradadas nos assentamentos da reforma agrária em ambientes saudáveis e produtivos. Assim, o latifúndio e seu modelo de exploração da natureza dão lugar à parceria existente entre a agricultura camponesa e a conservação ambiental. O Projeto Flora conta com o patrocínio do Programa Petrobras Socioambiental e pode ser acessado em: [www.projeto flora.com](http://www.projeto flora.com)

<sup>2</sup> Os autores fazem referência ao conceito de *educação bancária* cunhado por Paulo Freire para designar a pedagogia convencional, baseada em práticas não dialógicas voltadas à transferência unidirecional de saberes entre educadores e educandos. (N. do E.)

conhecer mais experiências em comunicação de outras organizações do campo da reforma agrária popular, da Agroecologia que enfrentavam desafios parecidos.

## RAÍZES DO FLORA E COMUNICAÇÃO DIALÓGICA

Por mais que *agrofloresta* seja uma palavra nova para muita gente, o que ela propõe tem raízes. Aprender uns com os outros, observar a natureza, dar valor à fartura (biodiversidade) e à vida coletiva não soa estranho para famílias camponesas, pois são raízes presentes em sua memória e modos de vida. Assim como ainda está presente a geração que conta a história de um Paraná coberto de florestas e de agricultura em harmonia com a natureza.<sup>3</sup>

Então, os elementos para questionar o *jeito público-alvo de pensar* são raízes do Projeto Flora: um amplo processo pedagógico em rede para implementar sistemas agroflorestais em áreas de reforma agrária no Paraná. A proposta consiste em envolver centros de formação em Agroecologia, institutos, universidades e outros parceiros comprometidos com a agricultura camponesa e com a reforma agrária.

Ao aliar *conservação e recuperação ambiental* à produção saudável de alimentos nos assentamentos de reforma agrária, o Flora está – ainda mais – inserido em um cenário de conflitos históricos. A comunicação, compreendida para além de suas

<sup>3</sup> Há pouco mais de 100 anos, a cobertura florestal original do estado do Paraná era de 83%. Atualmente, os dados apontam para menos de 10%, mostrando um processo dramático de devastação ambiental no estado.

Sistemas agroflorestais: agricultura em harmonia com a natureza





## FLORESTANDO A REFORMA AGRÁRIA

3 centros de formação e 42 municípios em todas as regiões do Paraná



ferramentas e operações de marketing, assume, portanto, caráter de ação política e, enquanto tal, não é neutra. Está completamente imersa em amplas disputas, assim como a terra, a agricultura, a alimentação e as próprias práticas agroflorestais.<sup>4</sup>

### INSPIRAÇÕES E NOVAS EXPERIMENTAÇÕES

Os métodos tradicionais de análise de públicos na comunicação, em geral, levam em consideração duas variáveis: gênese e localização (HENRIQUES; BRAGA; MAFRA; 2007). Nessa lógica, uma campanha ou um boletim passa a ser compreendido como uma flecha para acertar um determinado alvo (objeto), com origem, características e lu-

gar específicos. O que descobrimos é que existem bons motivos para apostar em outros elementos.

O campo das Relações Públicas nos convida a perceber a importância das interações entre sujeitos, estabelecendo diferentes vínculos, que definem o tipo e a intensidade de envolvimento dos sujeitos com as causas, movimentos e projetos. Referenciais construídos também pela comunicação popular nos ajudam ainda a construir uma ação comunicativa que vai além de tentar enviar flechas a um alvo. Ela deixa de ser unidirecional e centralizada e passa a servir à criação, à manutenção ou ao fortalecimento de vínculos necessários para a realização plena da comunicação humana em todos os seus níveis.

Esse jeito de pensar fez as ações de comunicação e educação ficarem muito mais próximas, quase inseparáveis. Pois, no fundo, estávamos falando de diálogo. Esse olhar da educação e da comunicação como diálogo nos remete às ideias de Paulo Freire e de uma comunicação interativa antes mesmo da revolução digital, vale dizer, antes da internet e de suas redes sociais (DE LIMA, 2011).

O campo da Agroecologia permite identificar muitas experiências com esses princípios e (re)inventar, para o nosso contexto, outros caminhos – conectando e aprendendo com o que já foi feito. Foi assim que O Candeeiro,<sup>5</sup> boletim da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), ajudou a construir o *Roça e Floresta*, um boletim possível de ser feito por qualquer pessoa que queira registrar uma história, mas que privilegia o jeito próprio camponês de contar, em poucas páginas, *causos* e experiências.

<sup>4</sup> Orientado pelas referências do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Projeto Flora aposta que conservar o ambiente é mantê-lo permanentemente produtivo e que as agroflorestas são estratégias para a construção da soberania alimentar.

<sup>5</sup> No site da ASA, é possível consultar todas as edições de O Candeeiro. Acesse: <[http://www.asabrazil.org.br/acervo/o-candeeiro?artigo\\_id=8811](http://www.asabrazil.org.br/acervo/o-candeeiro?artigo_id=8811)>.



## [O] OLHAR DA EDUCAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO COMO DIÁLOGO NOS REMETE ÀS IDEIAS DE PAULO FREIRE E DE UMA COMUNICAÇÃO INTERATIVA



### COMUNICAÇÃO QUE TEM GOSTO: COMIDA COMO SÍNTESE

Quando afirmamos que existe Agroecologia no Paraná, estamos na verdade reconhecendo a existência de muitos circuitos de comunicação, uma vez que não há Agroecologia sem diálogo de saberes e sem a valorização das mais diversas vozes atuantes no processo. E foi justamente envolvendo essa rede presencial e pulsante nos assentamentos do Paraná, para além de curiosos profissionais da comunicação, que novos sentidos foram sendo aguçados.

Percebemos que, assim como as cozinhas, os quintais são um bom lugar de conversa. E quando as agroflorestas começam a crescer e dar frutos, *trocar receitas é conversar sobre esse novo jeito de fazer agricultura*. Notamos que a comida tem grande poder de florescer e fortalecer vínculos, criar e restaurar nascentes por onde correm memórias.

Começamos então a experimentar novos sabores na comunicação, em que reforma agrária e Agroecologia convergem para a produção agroflorestal, tornando ainda mais possível produzir e comer conservando o meio ambiente. Nesse trabalho, a comida deixa de ser apenas uma ilustração ou ornamento para os materiais de comunicação. Felizmente, também nos distanciamos da onda da *gourmetização* que vem ressignificando, de forma elitizada e despoliti-

Sistemas agroflorestais nos assentamentos rurais permitem recuperação do ambiente destruído pelo latifúndio, dando lugar à produção de alimentos saudáveis para a população





zada, o debate sobre a comida e seus modos de produção. Dá gosto de ver e viver! Comida na cozinha. Comida no prato. Comida no canteiro. Comida na escola. Comida no acampamento. Comida na varanda. Comida de verdade.<sup>6</sup>

Compreendemos que a fundação da cozinha (fogo, técnicas, suas alquimias de produção) está ligada à fundação da própria civilização (LÉVI-STRAUSS, 2010). Assim, a comida pode dizer muito sobre uma cultura (local e global). Alguns autores chegam até a interpretá-la como um *idioma* por meio do qual se expressa e se constrói uma cultura (MONTANARI, 2008).

Sob essa ótica, o livro *Receitas da floresta que a gente planta*<sup>7</sup> é mais do que um compilado de ingredientes e jeitos de preparo. É a expressão de uma *agriCultura* em implementação nas áreas de reforma agrária do Paraná.

O primeiro filme da série *Mesa camponesa* mostra o preparo de uma polenta de milho verde com galinha caipira em um assentamento do norte do estado. Num lugar onde um ano antes só se poderia filmar monocultura de soja, cana e trabalhadores boias-frias, agora, com as agroflorestas, já é possível fazer cinema, café, almoço e janta de dar água na boca.

Esses são exemplos de mudanças que foram ocorrendo na forma e no conteúdo do plano de comunicação do Projeto Flora, à medida que o democratizamos – assim como a terra – e à medida que o diversificamos – assim como a agrofloresta. A partir de então, provocamos um deslocamento importante: o *alvo* se tornou a própria comunicação: mediada pelo trabalho cotidiano e comprometida com nosso projeto de sociedade que tem diferentes sotaques, ritmos, cheiros e sabores.

<sup>6</sup> Referência da Campanha *Comida é Patrimônio*, do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar, a qual, entre outras coisas, afirma que *comida de verdade* é aquela que não mata nem por veneno nem por conflito, respeita a natureza e a diversidade cultural dos povos e comunidades camponesas.

<sup>7</sup> Publicação final do Projeto Flora.

Ao nos permitir experimentar novas combinações, percebemos que comunicação tem gosto e que, assim como a cozinha, as agroflorestas e a recuperação ambiental podem ser feitas com carinho, parceria e compromisso.

#### PRISCILA FACINA MONNERAT

Coordenadora do Projeto Flora  
florestando.ra@gmail.com

#### NATÁLIA ALMEIDA SOUZA

Equipe de comunicação do Projeto Flora  
natalia.almsouza@gmail.com

#### BERNARDO AMARAL VAZ

Equipe de comunicação do Projeto Flora  
e da produtora Aicó Culturas  
bernardo@aicoculturas.com

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- DE LIMA, Venício Artur. **Comunicação e cultura**: as ideias de Paulo Freire. Brasília/São Paulo: Editora UnB/Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- HENRIQUES, Márcio Simeone; BRAGA, Clara Soares; MAFRA, Rennan Lanna Martins. Planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da co-responsabilidade. In: HENRIQUES, Márcio Simeone (Org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007.
- LEVY-STRAUSS, Claude. *O Cru e o Cozido: mitológicas I*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.
- PERUZZO, Círcia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**. Petrópolis: Vozes, 1998.

# CAMPOS DE MORANGO PARA SEMPRE:<sup>1</sup> uma experiência de parceria agricultor-pesquisador

■ Steve Gliessman e Jim Cochran

Foto: Steve Gliessman

Pesquisador e estudantes  
UCSC coletando dados  
do estudo comparativo  
de morangos orgânicos  
e convencional



# A

costa central da Califórnia, com seu clima mediterrâneo, é reconhecida por sua importância no cultivo de morangos. Assim como em muitas outras localidades, a produção de morango nessa região é altamente dependente de insumos externos caros, intensivos em energia e nocivos ao meio ambiente.

O atual caráter industrial e convencional do sistema de produção de morangos na Califórnia remonta ao início dos anos 1960. Antes dessa data, os produtores cultivavam os morangos como uma cultura perene, fazendo a rotação em cada campo para conferir um intervalo de vários anos entre um plantio e outro. No entanto, quando a fumigação com brometo de metila (BM) foi introduzida na década de 1960, os produtores passaram a manejar os morangos como uma cultura anual, utilizando a mesma parcela de terra para o plantio ano após ano e realizando a fumigação com o BM. No início dos anos 1980, os agricultores começaram a rever suas práticas, à medida que o interesse em alimentos orgânicos foi demonstrando grande potencial de mercado. Outro fator que contribuiu para essa mudança de postura dos produtores foi a crescente preocupação quanto à segurança do uso de agrotóxicos para a saúde e a qualidade ambiental. Há 30 anos, a Universidade da Califórnia em Santa Cruz vem estudando esse processo por meio de um trabalho conjunto com agricultores.

Nesse contexto, surgiu uma parceria particularmente frutífera entre um acadêmico (Steve Gliessman) e um produtor de morangos (Jim Cochran). Foi um feliz acaso que apenas uma cerca separasse as primeiras plantações de Jim em sua propriedade em Davenport, Califórnia, da casa onde Steve vivia naquela época. As conversas entre os vizinhos sobre a transição para a produção orgânica de morangos levaram ao primeiro estudo comparativo colocando lado a lado os manejos orgânico e convencional. Contando com os campos de cultivo, as variedades e práticas, os trabalhadores e muitos dos recursos das terras de Jim, nosso pensamento e nossas práticas puderam evoluir.

O artigo conta a história dessa jornada de construção coletiva de conhecimentos agroecológicos. A partir desse trabalho de colaboração, nosso pensamento foi se desenvolvendo e possibilitou elaborar uma teoria fundamentada sobre os diversos níveis no processo de transição para a sustentabilidade. Acreditamos que esses níveis oferecem valiosos indicativos sobre formas para disseminar ou intensificar processos de transição agroecológica, bem como para imprimir mudanças nos papéis desempenhados pela ciência (ver Quadro na página 40).

## Nível 1: Redução de insumos

Mesmo antes do início da parceria, uma extensa pesquisa foi realizada para descobrir maneiras mais eficazes de controle de pragas e doenças visando à redução de insumos industriais e, por consequência, dos seus impactos ambientais negativos.

## Nível 2: Substituição de insumos

Durante os primeiros anos de nossa parceria agricultor-pesquisador, que começou em 1986, trabalhamos juntos em um ensaio comparativo entre campos de produção de morango durante os três anos de conversão exigidos pelas normas para a certificação orgânica. O cultivo de morangos com insumos e práticas de manejo convencionais foi conduzido por Jim lado a lado com o cultivo manejado segundo métodos orgânicos. Nas parcelas orgânicas, cada insumo ou prática convencional foi substituído por um equivalente orgânico. Por exemplo, em vez de controlar o ácaro-rajado com um acaricida, Jim liberou ácaros predadores benéficos (*Phytoseiulus persimilis*) e passou a monitorar os resultados. Ao final do terceiro ano, já haviam sido estabelecidas as taxas e as quantidades de liberação ideais de predadores – que agora se tornaram a norma para a indústria.

No entanto, o agroecossistema continuava sendo basicamente uma monocultura de morangos, e os problemas com

<sup>1</sup> O título do artigo faz referência à canção *Strawberry Fields Forever* dos Beatles.



Foto: Manolis Kabourakis

## AS CONVERSAS ENTRE VIZINHOS SOBRE A TRANSIÇÃO PARA A PRODUÇÃO ORGÂNICA DE MORANGOS LEVARAM AO PRIMEIRO ESTUDO COMPARATIVO COLOCANDO LADO A LADO OS MANEJOS ORGÂNICO E CONVENCIONAL

doenças aumentaram. A grande questão era se o sistema de produção de morangos poderia ser fortalecido por meio da diversificação.

### Nível 3: Redesenho do sistema

Foi nesse momento, no início dos anos 1990, que começou a ser feita uma abordagem integral do sistema. Partindo do conceito de que a estabilidade do agroecossistema é atingida quando há interação dinâmica de todos os seus componentes, concebemos em conjunto formas de resistência aos problemas criados pela lógica de plantio em monocultura. Jim percebeu que precisava retomar parcialmente práticas tradicionais de rotação de culturas que costumavam ser empregadas antes do aparecimento do brometo de metila.

Com base em pesquisas sobre alelopatia anteriormente conduzidas por Steve, foi feito o redesenho do sistema, buscando imprimir maior diversidade e complexidade, o que contribuiria para que as rotações se tornassem mais eficazes e, em alguns casos, de mais curta duração. O esquema que elaboramos consistiu em utilizar culturas da família da mostarda como parte integrante das

rotações e como culturas de cobertura, de modo que seus produtos tóxicos naturais pudessem ser produzidos na propriedade. Foi preciso fazer mais pesquisas para escolher as espécies mais adequadas, que apresentassem os melhores impactos, e para compreender a ecologia das interações.

Em vez de apostar na aquisição nos mercados de produtos naturais para combater aos insetos-praga, foram incorporados ao sistema agentes de controle natural, mantendo-os continuamente presentes e ativos. Talvez a ideia mais inovadora no redesenho do sistema tenha sido a introdução de linhas de alfafa nos campos de morango para servir como armadilhas para o percevejo da espécie *Lygus hesperus*. Algumas dessas mudanças se originaram em pesquisas acadêmicas, mas outras se basearam no *reaprendizado* de práticas utilizadas na produção de morangos antes dos anos 1960.

### Nível 4: Redes alimentares alternativas

Os consumidores têm desempenhado um papel muito importante na transição para a sustentabilidade. Jim começou a frequentar *mercados de agricultores*, onde ele podia vender seus morangos orgânicos diretamente aos consumidores e reter uma maior porcentagem do preço de venda. Mais tarde, ele adotou outras abordagens ainda mais diretas, como a colheita de seus morangos pelos consumidores e uma banca na propriedade na qual vende também produtos processados, como tortas e geleias. Posteriormente, estudantes da Universidade da Califórnia, em Santa Cruz, convenceram os responsáveis pela alimentação do campus a integrar itens locais, orgânicos e de comércio justo – incluindo os morangos orgânicos de Jim – nas refeições servidas.

### Nível 5: Reconstruindo o sistema alimentar

A troca de conhecimentos promovida pela parceria trouxe enormes mudanças. No entanto, o aumento expressivo na produção de morangos gerou vários desafios de sustentabilidade que só podem ser tratados no nível seguinte. Por exemplo, a ero-

são do solo e a lixiviação de nutrientes têm sido observadas em sistemas de produção orgânica de morangos que cobrem extensas áreas. O esgotamento das águas subterrâneas e a intrusão de água salgada nos aquíferos também foram fenômenos verificados em regiões de cultivo de morangos. O que pode ser chamado de *nível 5 de pensamento* deve abranger tais questões ao considerar a saúde de todo o sistema, assim como deve incluir questões sociais mais complexas, tais como justiça alimentar e direitos trabalhistas. Desde 1998, Jim incorporou o princípio da justiça social em suas práticas agrícolas por meio de um contrato com o sindicato United Farm Workers (Trabalhadores Rurais Unidos, em tradução livre).<sup>2</sup> Quinze anos mais tarde, ele também recebeu o selo de

certificação de comércio justo do Agricultural Justice Project (Projeto Justiça Rural, em tradução livre).<sup>3</sup>

## VÍNCULO CONTÍNUO ENTRE PESQUISA, PRÁTICA E MUDANÇA SOCIAL

Os frutos da parceria tiveram um alcance que foi muito além da propriedade de Jim. Já nos primeiros dias de nosso trabalho de colaboração, abrimos a propriedade para visitas de agricultores, a quem mostramos os nossos resultados de pesquisa e as práticas agrícolas. O sucesso de Jim tornou-se um incentivo para que outros produtores locais iniciassem a transição em suas propriedades, especialmen-

<sup>2</sup> Para saber mais sobre o sindicato United Farm Workers (UFW), acesse: [www.ufw.org](http://www.ufw.org).

<sup>3</sup> Para saber mais sobre o selo Agricultural Justice Project (AJP), acesse: [www.agriculturaljusticeproject.org](http://www.agriculturaljusticeproject.org).

### QUADRO. OS NÍVEIS DE TRANSIÇÃO PARA SISTEMAS SUSTENTÁVEIS E O PAPEL RELATIVO DAS TRÊS DIMENSÕES DA AGROECOLOGIA

Nível	Escala	Papel das três dimensões da Agroecologia		
		Ciência	Prática	Movimento
1 Aumentar a eficiência de práticas industriais	Estabelecimento agrícola	<i>Essencial</i>	<i>Importante</i> Reduz os custos e os impactos ambientais	<i>Pequeno</i>
2 Substituição de práticas e insumos	Estabelecimento agrícola	<i>Essencial</i>	<i>Importante</i> Apoia a mudança para práticas alternativas	<i>Pequeno</i>
3 Redesenho do agroecossistema	Estabelecimento agrícola, território	<i>Essencial</i> Desenvolve indicadores de sustentabilidade	<i>Importante</i> Constrói a verdadeira sustentabilidade na escala da propriedade	<i>Importante</i> Promove a viabilidade do empreendimento e mobiliza o apoio da comunidade
4 Reestabelecimento da conexão entre produtores e consumidores, desenvolvimento de redes alimentares alternativas	Comunidade, território, nacional	<i>Complementar</i> A pesquisa interdisciplinar fornece evidências da necessidade de mudança e da viabilidade de alternativas	<i>Importante</i> Constrói relações diretas e colaborativas	<i>Essencial</i> Economias reestruturadas; mudanças nos valores e comportamentos
5 Reconstrução do sistema alimentar global visando sustentabilidade e equidade para todos	Global	<i>Complementar</i> A pesquisa transdisciplinar promove o processo de mudança e monitora a sustentabilidade	<i>Importante</i> Fornece as bases práticas para a mudança de paradigma	<i>Essencial</i> Sistemas alimentares fundamentalmente transformados em todo o mundo

Fonte: Adaptado de Gliessman (2015)



Foto: Steve Gliessman

Uma produção de morangos com princípios ecológicos: rodeada por natureza, com rotações de cultura e com cobertura do solo diversificada



Foto: Steve Gliessman

Comparação de sistemas orgânico e convencional de produção de morango, 1986-1989

## A CONSTRUÇÃO COLETIVA DE CONHECIMENTOS SOB A PERSPECTIVA DO AGRICULTOR JIM COCHRAN

Como agricultor, quando percebo algo em meus campos, procuro saber a opinião de Steve. Muitos anos atrás, eu assumi uma propriedade que foi metade plantada com alcachofras e metade plantada com couve-de-bruxelas. Preparei o campo, cultivei uma cultura de cobertura e plantei morangos por toda a área. Notei que as plantas de morango que cresciam na metade cultivada com couve-de-bruxelas tinham melhor desempenho do que as plantas na metade cultivada com alcachofra. Lembrei que havia lido algo sobre rotação de culturas, então consultei o Steve. As pessoas tinham parado de fazer rotação de culturas há mais de 50 anos, quando começaram a aplicar produtos químicos, então ocorreu certa perda de conhecimento sobre o assunto. Steve organizou ensaios em minha terra e começou a estudar especificamente aquela rotação de culturas. Ele acabou encontrando evidências de sua eficácia e concluiu que não seria mais necessário o uso de produtos

químicos. Essa é a forma ideal para se trabalhar em parceria.

Um dos maiores objetivos da nossa colaboração, o qual eu definitivamente apoiei, foi a mudança do sistema agrícola. Naquele tempo, não havia nenhuma informação disponível. Quando eu buscava assistência técnica para saber sobre determinadas rotações de culturas, não obtinha ajuda nenhuma. O técnico dizia: *Jim, você é louco. A solução para isso é fumigar, que funciona como um passe de mágica.* Quando eu dizia que não queria fazer dessa maneira, ele respondia: *Bem, então, sinto muito, não tenho muito o que oferecer.* Então, quando Steve chegou, ele realmente pavimentou o meu caminho, porque eu estava numa espécie de voo cego. Eu não tinha nada escrito sobre o meu plano de rotação, eu não registrei o meu rendimento por parcela, eu apenas observava as coisas. Ele forneceu a matriz científica para organizar as informações que eu estava começando a coletar.



## APRENDEMOS JUNTOS QUE A AGROECOLOGIA NÃO É APENAS UMA ATIVIDADE ACADÊMICA. ELA CONSISTE NA AMPLA INTEGRAÇÃO DA PESQUISA, DA PRÁTICA AGRÍCOLA E DAS AÇÕES DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

te utilizando a substituição de insumos, a fim de obter a certificação orgânica. Ao longo dos anos, os resultados da pesquisa foram publicados, participamos de uma série de oficinas, conferências e cursos de curta duração sobre a produção orgânica de morangos. Também utilizamos a propriedade de Jim como local para manter um vínculo contínuo entre pesquisa e prática.

Nos dois condados da região da costa central dos EUA, onde se encontram tantos campos de morangos, havia um total de 14.418 hectares com certificação orgânica em 2012, mais de sete vezes a área certificada em 1997. A receita total da exploração orgânica nesses condados foi de US\$ 247,7 milhões em 2012, representando um aumento extraordinário de mais de 2.000% em relação a 1997.

Quando Jim decidiu fazer a transição, todo mundo dizia que ele não teria sucesso com o cultivo comercial de morangos orgânicos. E quando unimos nossas forças em 1986, fomos considerados demasiado radicais, ou mesmo loucos, por nossas ideias. Mas, na verdade, um dos aspectos mais valiosos da parceria tem sido ter um amigo com a mesma linha de pensamento. Realmente foi um processo de construção de duas vias, com os resultados da pesquisa sendo apresentados para Jim, argumentos vindos dos dois lados sobre possíveis mudanças no sistema e nas práticas agrícolas, ideias de pesquisa trazidas de outras iniciativas e projetos, o compartilhamento de impressões, a elaboração de possíveis formas de implementar tudo isso na Fazenda Swanton Berry, etc. Nesse processo, um ajudou o outro a se manter firme e enfrentar os desafios que surgiram ao longo de 30 anos. Por meio dessa parceria, os dois evoluíram em sua compreensão e raciocínio sobre os processos de mudança rumo à sustentabilidade.

Construir essa relação exigiu tempo, confiança, flexibilidade e vontade de partilhar conhecimentos, valores e crenças. Mas esse relacionamento participativo e orientado para a ação é um componente essencial da maneira que a Agroecologia deve operar para promover um maior alcance junto a outros agricultores e um aumento de escala no sistema alimentar para gerar uma mudança real. Tivemos de estar constantemente atentos para as diversas formas de cooptação e concentração vindas da indústria de morangos, que se caracteriza pela produção em larga escala,

de integração vertical e exclusivamente orientada para o mercado. Também tivemos cuidado com a aproximação de universidades que conduzem pesquisa agrícola sob o viés convencional.

Tivemos muitas conversas ao longo dos anos sobre a forma como temos feito Agroecologia juntos. Ambos estamos empenhados em manter e nutrir a nossa forte crença na necessidade de mudar o sistema alimentar como um todo. Aprendemos juntos que a Agroecologia não é apenas uma atividade acadêmica. Ela consiste na ampla integração da pesquisa, da prática agrícola e das ações de transformação social. Se um desses três componentes estiver ausente, não se pode dizer que é realmente Agroecologia.

### STEVE GLIESSMAN

Diretor-fundador do Programa em Agroecologia da Universidade da Califórnia em Santa Cruz, gliess@ucsc.edu

### JIM COCHRAN

Proprietário da Fazenda Swanton Berry e o primeiro agricultor a realizar o cultivo comercial de morangos orgânicos na Califórnia jimcochran50@hotmail.com

Agricultor do povo  
Wixarica abençoa  
um campo de milho  
recentemente  
colhido na região  
Centro-Oeste do  
México



# A Agroecologia é **UMA REVOLUÇÃO** **EPISTEMOLÓGICA**

■ Diana Quiroz entrevista Victor M. Toledo



mexicano Victor M. Toledo é etnoecólogo da Universidade Nacional Autônoma do México (Unam) e um ativista social. Seu trabalho concentra-se principalmente no estudo de sistemas de conhecimento e sistemas agroecológicos. Nesta entrevista, Toledo explica por que a construção coletiva do conhecimento é uma parte integrante da Agroecologia e discute as mudanças necessárias para que essa forma de agricultura ganhe terreno globalmente. Ele argumenta que a Agroecologia é em si uma grande mudança na nossa relação com o conhecimento.

## QUAL É O PAPEL DO CONHECIMENTO NA AGROECOLOGIA?

Para responder a essa pergunta, gostaria de fazer referência à definição de Agroecologia elaborada por Alexander Wetzel. Nosso colega francês definiu a Agroecologia, em primeiro lugar, como uma ciência. Isso é óbvio, uma vez que a Agroecologia gera conhecimento científico no sentido mais estrito. No entanto, assim como muitas outras disciplinas híbridas (por exemplo, a Ecologia Política, a História Ambiental e a Economia Ecológica), a Agroecologia representa um salto epistemológico e metodológico que propicia novas maneiras de fazer ciência. Ou seja, a Agroecologia já constitui um novo paradigma científico. É uma ciência política e socialmente comprometida.

Em segundo lugar, a Agroecologia também é uma prática. Ou seja, ela envolve inovação tecnológica e prática. No entanto, não se trata de uma inovação tecnológica que surge em centros de pesquisa e depois é repassada para os agricultores. A inovação tecnológica na Agroecologia resulta tanto do conhecimento tradicional camponês quanto do conhecimento acadêmico.

Finalmente, a Agroecologia também é um movimento social. Isso fica claro, por exemplo, nos congressos e encontros de Agroecologia que, basicamente, consistem em oportunidades para a reunião de acadêmicos, gestores públicos e representantes de organizações de agricultores e movimentos sociais.

## QUAL É O PAPEL DO AGRICULTOR NOS ESPAÇOS DE INOVAÇÃO SOCIAL?

Eu gostaria de situar a minha resposta a essa pergunta no contexto da incipiente crise global ambiental, social e econômica, destacando como algumas experiências latino-americanas são exemplos de possíveis soluções para essa crise.

Em primeiro lugar, há o exemplo de Cuba. Após o colapso da União Soviética, Cuba, que exportava açúcar em troca de petróleo, subitamente confrontou-se com a falta de energia e de um mercado amplo para seu mais importante produto agrícola. O país passou por momentos muito difíceis. Diante desse contexto extremamente adverso, as pessoas se organizaram em bairros, distritos e cidades e encontraram na Agroecologia uma forma de superar a crise alimentar. A conversão do sistema

agroalimentar impulsionada por agricultores e consumidores foi tão bem-sucedida que o governo não tinha alternativa a não ser apoiá-la. Da mesma forma, os movimentos de agricultores mais importantes do Brasil estão conseguindo enfrentar uma grave crise social (a grilagem massiva de terras, *land grabbing*, em inglês)<sup>1</sup> adotando a Agroecologia como seu paradigma principal.

Outro exemplo que ilustra o papel dos agricultores vem do México e da América Central, onde os agricultores usam a metodologia *campesino a campesino* (agricultor a agricultor). Essa metodologia consiste no compartilhamento de conhecimentos entre agricultores para ajudar uns aos outros na aplicação de princípios agroecológicos em seus contextos locais. No México, podemos destacar as comunidades indígenas produtoras de café, detentoras de um conhecimento milenar e, ousado di-

<sup>1</sup> O termo *land grabbing* vem sendo utilizado de maneira recorrente por movimentos sociais para designar o fenômeno atual de apropriação de grandes extensões de terra por investidores públicos ou privados, visando tanto à exploração agrícola como o controle de recursos naturais (água, minérios ou florestas). No Brasil, acreditamos que *grilagem* é a tradução mais adequada para o termo por remeter ao histórico processo de expropriação de terras indígenas e camponesas por meios fraudulentos (N. da T.)

zer, pioneiras na produção de café orgânico em todo o mundo, sendo uma das experiências catalisadoras do movimento agroecológico no país. Além disso, a Agroecologia mexicana, reconhecida por ser firmemente enraizada nas tradições de culturas indígenas mesoamericanas, tem despertado um interesse crescente entre os agroecólogos.

### DE QUE FORMA OS CIENTISTAS CONTRIBUEM PARA A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO?

Em termos gerais, um dos princípios fundamentais da Agroecologia é o reconhecimento do valor da agricultura tradicional. Ao valorizar e aprender com a sabedoria ancestral, a inovação emerge. Na Agroecologia, adotamos o que se convencionou chamar de *diálogo de saberes*, que está associado à descolonização da mente. Agroecólogos não pensam que sabem tudo. Não são como agrônomos convencionais, que se colocam diante dos camponeses com uma postura de supremacia e arrogância. Os agroecólogos não ensinam os agricultores como fazer agricultura. Eles se envolvem em um diálogo intercultural que aceita que a ciência não é a única maneira de olhar, transformar e emancipar o mundo.

Na América Latina, por exemplo, os agroecólogos estão sendo influenciados pela chamada *epistemologia do Sul*. Trata-se de um processo de descolonização do viés cultural que herdamos de pensamento europeu. Essa tendência está inserida no processo mais amplo de descolonização da mente, em que pensadores mais críticos da região questionam paradigmas como *progresso*, *desenvolvimento* e *competitividade*. Esses paradigmas são justamente aqueles que fundamentam o sistema agroindustrial de produção de alimentos.

### PODERIA CITAR UM EXEMPLO DE SISTEMA AGROECOLÓGICO CRIADO A PARTIR DESSE DIÁLOGO DE SABERES?

Tomemos o exemplo do café. Segundo o pensamento convencional, a demanda do mercado impulsiona a modernização dos sistemas de produção de café, isto é, o seu cultivo como uma monocultura e em grande escala, utilizando máquinas, fertilizantes químicos e agrotóxicos. Já o café produzido em sistemas agroecológicos é cultivado por agricultores familiares. No México, particularmente, as comunidades indígenas cultivam café não convencional sob sombreamento em sistemas agroflorestais altamente diversificados. Portanto, essas comunidades incorporaram uma cultura com fins comerciais em seu manejo tradicional de florestas genuinamente antropogênicas. Em outras palavras, o café, um produto relativamente novo, foi introduzido em sistemas que já existiam desde os tempos pré-hispânicos.

O QUE PRECISAMOS É DE  
UMA CIÊNCIA QUE RESPONDA  
AOS DESAFIOS DE UM  
MUNDO EM CRISE, UMA  
CIÊNCIA QUE EFETIVAMENTE  
SE DEDIQUE A QUESTÕES  
ECOLÓGICAS E SOCIAIS  
CRÍTICAS E EMERGENCIAIS

As comunidades indígenas estão na vanguarda da produção agroecológica de café



Foto: Enrique Carrasco

Plantio consorciado de café com tomate

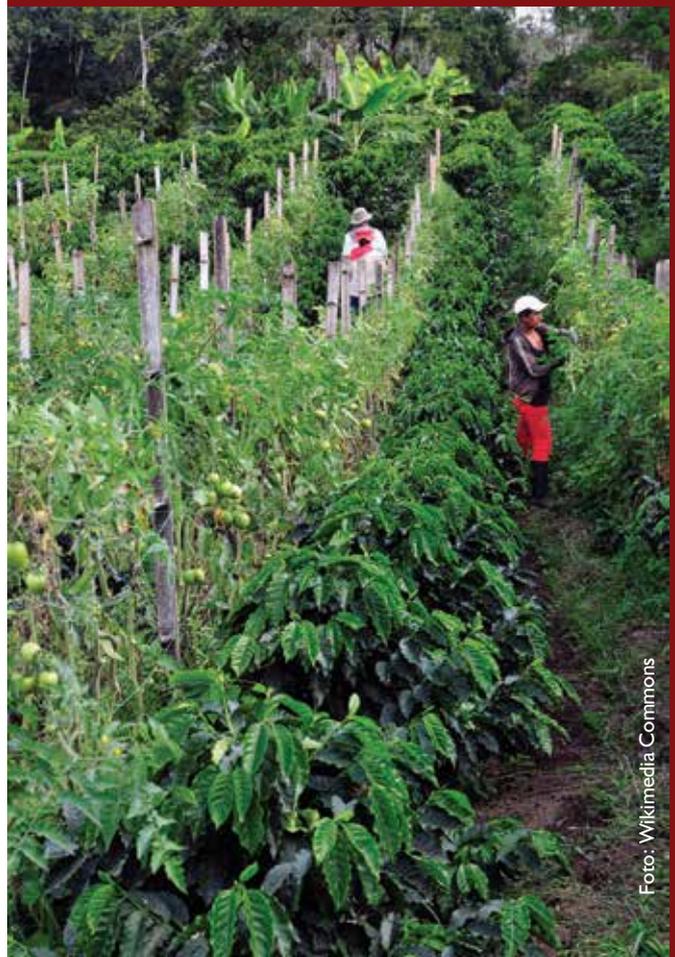


Foto: Wikimedia Commons

É importante salientar que a Agroecologia não repudia a modernidade, apenas postula uma modernidade alternativa. A Agroecologia propõe uma modernidade que não destrói a tradição, mas que se constrói a partir da tradição; uma modernidade que respeita saberes e culturas tradicionais e que busca a confluência de conhecimentos e experiências. Também não podemos nos apegar ao pensamento romântico de que *tudo o que temos a fazer é resgatar a tradição*. Tradição também tem as suas próprias falhas e limitações. A produção agroecológica de café é um belo exemplo de como a combinação de modernidade e tradição pode gerar sistemas muito avançados de produção de alimentos.

### O QUE É PRECISO PARA QUE ESSE DIÁLOGO DE SABERES GANHE MAIS RECONHECIMENTO EM UNIVERSIDADES E INSTITUTOS DE PESQUISA?

Primeiro, devemos entender que, quando existe um dilema envolvendo duas formas fundamentais de produção de alimentos, é natural que surja um conflito. Na ciência, a Agroecologia desafia todo um sistema de pesquisa e disseminação do conhecimento, gerando assim uma batalha que tem lugar em universidades e centros de pesquisa e tecnologia.

No entanto, nos meus últimos 25 anos de experiência profissional, tenho verificado na América Latina a implantação de um número cada vez maior de programas acadêmicos nos quais a Agroecologia é ensinada ou pesquisada. A força que impulsiona esse processo é a prova de que não se trata apenas de uma revolução epistemológica, mas também de uma revolução cognitiva e cultural.

Um exemplo dessa tendência ocorre na região andina, principalmente na Bolívia, onde foi criado há alguns anos um programa de Doutorado em Agroecologia por ex-alunos do programa de Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Córdoba (Espanha). A maioria desses novos graduados bolivianos é formada por agricultores de origem Aymara ou pelos seus filhos. Esse programa não foi apenas o primeiro do gênero na América Latina, mas também vem sendo reconhecido pelo seu alto nível acadêmico. Nesse meio tempo, também foram criados programas de Agroecologia em Honduras, na Colômbia e no México. Acredito que essa difusão da Agroecologia na América Latina deverá se estender por todo o mundo.

Além disso, devo destacar outra corrente especialmente importante (à qual pertencço) que vem se desenvolvendo paralelamente ao movimento de ciência e prática agroecológica: a etnoecologia. Ao ter como foco o conhecimento tradicional, a etnoecologia está ampliando os horizontes do paradigma do conhecimento científico convencional e ortodoxo para abar-



Victor M. Toledo

car o conhecimento tradicional. Essa é uma força que vem crescendo a um ritmo impressionante, especialmente entre os jovens pesquisadores que promovem a integração de diferentes tipos de conhecimento para o futuro da humanidade.

### O QUE VOCÊ CONSIDERA NECESSÁRIO PARA QUE ESSA MUDANÇA DE PARADIGMA OCORRA EM UMA ESCALA GLOBAL?

Nos próximos anos, virá um período em que teremos que definir melhor esse novo paradigma. Isso implicará discussões acerca do papel da ciência e da pesquisa em termos culturais, éticos e até mesmo políticos. O que precisamos é uma ciência que responda aos desafios de um mundo em crise, uma ciência que efetivamente se dedique a questões ecológicas e sociais críticas e emergenciais.

No momento, estamos experimentando o colapso dos grandes dogmas, dos grandes mitos da modernidade e, embora estejamos caminhando para substituí-los em nossas discussões, ainda há muito a ser feito na prática. Temos que ser honestos e reconhecer que, embora o conhecimento tradicional venha ganhando importância, a ciência convencional ainda trata os produtores desse conhecimento como meros objetos de estudo. Por meio do *diálogo de saberes*, o pesquisador acaba incorporando um novo sentido aos processos de produção do conhecimento e começa a aceitar a necessidade de um novo paradigma científico.

Isso remete à primeira pergunta desta entrevista. O papel que o conhecimento desempenha na Agroecologia enquanto uma ciência-movimento-prática serve de exemplo de como poderia se configurar uma mudança de paradigma. Além disso, as diferentes experiências agroecológicas na América Latina fornecem exemplos de como responder a essa crise. A partir dessa perspectiva, pode-se dizer que a Agroecologia é, em si, uma revolução epistemológica.

Entre outras tantas alternativas ao modelo convencional, a reposição da fertilidade do solo vem se firmando por meio dos adubos verdes nas unidades de referência



# COMUNICAÇÃO PARA A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: desafios e avanços institucionais

■ João Carlos Canuto e Mário Artemio Urchei

**E**ste artigo procura discutir os processos de comunicação em curso no contexto das experiências dos últimos anos da Equipe de Agroecologia da Embrapa Meio Ambiente em assentamentos rurais e unidades familiares do estado de São Paulo.<sup>1</sup> Para tanto, buscamos apresentar os condicionamentos e espaços de avanço no trabalho de construção coletiva do conhecimento agroecológico em um ambiente institucional de pesquisa como a Embrapa.

Ao problematizar os diferentes paradigmas de comunicação em disputa, evidenciamos lógicas e contradições internas, mas também destacamos estratégias desenvolvidas para potencializar o trabalho orientado ao envolvimento e ao atendimento das necessidades socioeconômicas e ecológicas dos agricultores familiares em processos participativos de transição agroecológica e de transformação de suas vidas.

## ROMPENDO PARADIGMAS DA COMUNICAÇÃO

A primeira edição do livro *Extensão ou comunicação?*, de Paulo Freire, foi publicada em 1969, mas a obra continua extremamente atual, uma vez que não houve mudanças significativas no comportamento e na conduta concreta dos técnicos e intelectuais das instituições que trabalham com pesquisa e desenvolvimento agropecuário de nosso país. Já naquela época, o autor desvelava o caráter de *invasão cultural* embutido no trabalho do *extensionista*, investido de uma lógica mecânica e *difusionista* que supõe, de um lado, um detentor do saber (o cientista, o extensionista) e, de outro, um ser passivo e oco que deve ser *preenchido* de conhecimentos e tecnologias (o agricultor). O paradigma difusionista ignora, assim, que o agricultor também detém saber e deve ser o protagonista do processo, se quisermos que ele efetivamente faça parte da transformação social. Uma das expressões retóricas desse paradigma é a referência a uma suposta resistência do agricultor à adoção de tecnologias modernas, justificando a sua exclusão do processo, frente às suas inatas *incapacidade e ignorância*.

<sup>1</sup> Ver também Canuto (2011).



## AS UNIDADES CONSTITUEM O LÓCUS PRIVILEGIADO DA COMUNICAÇÃO, ONDE AS TROCAS – AS ORGANIZADAS E AS CAÓTICAS – FORMAM UM MANANCIAL COMPLEXO DE IDEIAS, PRÁTICAS, PROCESSOS, PRINCÍPIOS E RECURSOS, OU SEJA, AS REFERÊNCIAS QUE PODERÃO INSPIRAR MUDANÇAS PARA A COMUNIDADE E O ENTORNO DA REDE

Institucionalmente, gerou-se e consagrou-se a máxima mecanicista de que existe um processo evolutivo linear e unidirecional, a partir do qual as instituições de pesquisa geram as tecnologias, as de extensão rural as *difundem* e os agricultores *aptos* as adotam. Em coerência com esses postulados, criam-se estruturas organizacionais, metodologias, eventos de treinamento técnico e uma parafernália de outros procedimentos para dar efetividade à ação dos extensionistas. No entanto, sabemos que, historicamente, esses mecanismos falharam flagrantemente, atingindo uma pequena parcela dos agricultores, os chamados médios agricultores *empreendedores*, cujo capital material constituía um fator facilitador da apropriação das tecnologias propostas.

### EXPERIÊNCIAS INSTITUCIONAIS DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO E DE COMUNICAÇÃO

Apesar de todas as mazelas e limitações, sobrevivem dentro das instituições públicas de pesquisa e desenvolvimento agropecuário experiências interessan-

tes. Frequentemente desenvolvidas por pequenas equipes, tais iniciativas demonstram que, com obstinação, comprometimento e determinação, é possível produzir resultados positivos. Por vezes, os avanços aparecem como simbólicos, por não se traduzirem em amplas e imediatas transformações, mas ao menos geram certo incômodo no sistema institucional dominante, ao sinalizarem que há caminhos alternativos e, de alguma forma, provando a viabilidade das mudanças.

As experiências da nossa equipe contaram com recursos ora oficiais, ora de fontes externas, sendo outras vezes realizadas por meio de ações puramente voluntárias. Desenvolveram-se com vitalidade em algumas regiões e períodos e estiveram quase hibernando em outros. Na sua evolução, estiveram cercadas de otimismo ou à beira da frustração. Apresentaram descon continuidades, em decorrência do encerramento de projetos e da escassez de novas fontes de financiamento, pondo em risco a própria confiança dos agricultores (e a nossa) no processo. Em muitos momentos, padeceram da falta de compreensão e apoio dos gestores institucionais, mas o que manteve viva a chama foi a coesão, a identidade compartilhada e o consenso entre os membros da equipe em torno dos preceitos da Agroecologia, considerada o enfoque para a transformação social e ecológica mais adequado à nossa sociedade, sobretudo aos camponeses e às comunidades rurais.

Para dar consistência às práticas de comunicação democrática implementadas, recorreremos a diversos métodos e conceitos de pesquisa participativa e pesquisa-ação preconizados pela literatura (BRANDÃO, 1999; PETERSEN; ROMANO, 1999; MAELA, 2000; BUCKLES, 1995). No entanto, quando necessário, promovemos importantes adequações e mesmo inovações metodológicas. A realidade multifacetada assim exige – as condições econômicas,



Nas unidades de referência experimenta-se uma variedade de manejos, conforme o desenho e estágio de desenvolvimento dos sistemas agroflorestais



Os mutirões são momentos de compartilhamento e solidariedade, que facilitam a comunicação e o avanço do conhecimento



ecológicas e culturais dos variados territórios em que trabalhamos estiveram sempre balizando o método. Assim, construímos nossa própria forma de trabalhar, tendo como raio de ação o que denominamos de Unidade de Referência (UR).

Como UR, entendemos qualquer espaço, especialmente parcelas ou unidades agrícolas, onde possam se materializar a observação, a experimentação, a validação, a capacitação, a disseminação, o intercâmbio e a apropriação social do conhecimento sobre o desenho e o manejo de sistemas agroecológicos. Em nosso trabalho, as unidades visam à troca de saberes entre os sujeitos sociais, por meio de processos de socialização do conhecimento, visitas técnicas, dias de campo, oficinas, seminários e outros eventos focados na Agroecologia.

Mas as URs não são obrigatoriamente espaços físicos. Podem ser também qualquer espaço de inovação, em que alguma ideia interessante esteja sendo exercitada, no contexto da participação e da comunicação popular. Nesse sentido, podem consistir em fóruns de debate, reflexão e aprendizado, dando oportunidade para o exercício da transdisciplinaridade e, mais importante, para a apropriação dos

conhecimentos gerados no decorrer do processo, de modo *dialeticamente natural*.

Assim, as unidades constituem o *lócus* privilegiado da comunicação, onde as trocas – as organizadas e as caóticas – formam um manancial complexo de ideias, práticas, processos, princípios e recursos, ou seja, as *referências* que poderão inspirar mudanças para a comunidade e o entorno da rede, tanto no âmbito produtivo como no relacional. Portanto, não se identificam de modo algum como receitas. A partir do contato direto com as experiências e por meio de ambientes de comunicação horizontal, os agricultores (e técnicos) têm encontrado a possibilidade de filtrar, a seu modo, segundo suas condições e em função das necessidades concretas de sua realidade, os conhecimentos apresentados, que, em sua posterior aplicação, certamente passarão por inúmeras adaptações, supressões ou novos desenvolvimentos.

A intensa comunicação nesses processos participativos permite o aprofundamento das relações dentro e entre as comunidades, que, a partir do convívio, passam a ter uma maior compreensão acerca da diversidade socioeconômica

Os agricultores reconhecem que a pesquisa participativa é importante para alcançar os resultados



e cultural existente no meio rural. Outro fator positivo tem sido a promoção da autoestima dos agricultores, colocando-os como verdadeiros protagonistas. A comunicação propiciada por esses processos cria também laços entre agricultores e técnicos, reforçando o diálogo entre o saber técnico-científico e o saber popular, ambas formas válidas de conhecimento.

Processos mais abrangentes de comunicação vêm tendo lugar, igualmente, à medida que as URs tornam-se referências para a irradiação local e regional do conhecimento. Além disso, os resultados têm mostrado conter em si grande significado, evidenciado por sua utilidade prática e imediata para os agricultores, diferentemente da maior parte do conhecimento acadêmico, que, via de regra, acaba se perdendo em estoques de publicações, muitas vezes herméticas, inacessíveis e descontextualizadas da realidade dos agricultores.

### O PAPEL CENTRAL DO CONHECIMENTO

O conhecimento, especialmente o gerado em organizações públicas de pesquisa e desenvolvimento agropecuário, não deveria ser canalizado para um pequeno número de latifundiários e empresas privadas, muitas delas com domínio oligopolista sobre o sistema agroalimentar mundial e a serviço da concentração da riqueza e do lucro desenfreado. Subverte-se, com isso, o caráter público das instituições governamentais. Urge que os recursos da sociedade sejam revertidos em benefícios para os cidadãos. Não se trata de desvalorizar o conhecimento institucional, mas apenas atentar para a necessidade de uma mudança de foco, do ponto de vista técnico-científico, e de sua direção no que se refere aos sujeitos de direito da pesquisa pública.



**NÃO SE TRATA DE DESVALORIZAR O CONHECIMENTO INSTITUCIONAL, MAS APENAS ATENTAR PARA A NECESSIDADE DE UMA MUDANÇA DE FOCO, DO PONTO DE VISTA TÉCNICO-CIENTÍFICO, E DE SUA DIREÇÃO NO QUE SE REFERE AOS SUJEITOS DE DIREITO DA PESQUISA PÚBLICA**

Independentemente disso, o conhecimento continua sendo um dos pilares estratégicos da transformação social. O conhecimento agroecológico é, nesse sentido, o ponto de inflexão, o salto de qualidade para a inserção dos agricultores familiares brasileiros em um movimento maior de transformação da realidade.

Temos defendido e trabalhado para inverter a lógica dominante, colocando como prioridade a geração de conhecimento voltada para contextos reais e evitando a proliferação de documentos científicos de alto grau de especificidade, formatos herméticos e divulgação restrita ao próprio mundo acadêmico.

Mesmo com as limitações próprias de ambientes de institucionalização rígida, podem-se constatar avanços, como a participação efetiva de diversos atores sociais e a valorização das diferenças. Temos observado impactos produtivos positivos, como resultado da geração de conhecimento adequado às particularidades e especificidades de cada local e região. A seguir, apresentamos três exemplos que ilustram o esforço de aproximação entre o saber técnico-científico e o tradicional, embora ainda haja bastante a caminhar no sentido de tornar mais efetivo esse diálogo.



1. Notável aprofundamento do conhecimento sobre os mecanismos que comandam certos procedimentos técnicos (ainda mais considerando a origem urbana de parte dos agricultores): práticas de compostagem; atributos especiais das árvores enxertadas; *funcionamento* da adubação verde; razões para o surgimento das denominadas *pragas*; sombreamento ideal para as espécies econômicas; estratégias de reposição da fertilidade, etc.

2. Avanços no sentido de que os próprios agricultores assumissem a introdução de alguns procedimentos mais rigorosos de observação ou experimentação: apropriação pelos agricultores de metodologias simples de delineamento experimental; importância das parcelas testemunha e das repetições; certa padronização de manejos; entre outras questões relacionadas ao emprego da estatística experimental.

3. Consenso entre agricultores e técnicos sobre a importância de protocolos de monitoramento como forma de geração de informação relevante para o diagnóstico continuado e a correção de problemas detectados.

Em qualquer caso, o que fica evidenciado é que, quando a comunicação se efetiva, cria-se para os agricultores a oportunidade da apropriação de princípios, e não somente de técnicas.

## PERSPECTIVAS

Há dez anos, a publicação do *Marco referencial em agroecologia da Embrapa* (EMBRAPA, 2006) tornou mais visível a temática da Agroecologia na instituição e abriu caminho para alguns projetos estratégicos. Nos últimos anos, porém, em que pese a criação da Política e do Plano Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo e Planapo, respectivamente), observa-se um declínio da importância da Agroecologia nas instituições de pesquisa, o esfacelamento das redes construídas e a falta generalizada de recursos para o tema.

De toda maneira, as perspectivas de futuro precisam ser construídas hoje, tendo como pedra fundamental a comunicação. A Carta Política do III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) diz que a *ampliação da escala das experiências agroecológicas passa, necessariamente, por uma mudança de enfoque, procurando articulá-las entre si por meio da conformação de redes territoriais de construção do conhecimento agroecológico* (ENA, 2014). Seguindo essa linha, temos trabalhado para transformar as *unidades de referência* em nós de *redes de referência*, ao buscar articular saberes, capacidades e interesses comuns de organizações, comunidades e pessoas. Dessa forma, desencadeamos dinâmicas mais abertas de comunicação e troca entre ricas experiências, antes isoladas, promovendo um interessante processo de irradiação, que extrapola os limites individuais e de comunidades para obter um alcance territorial e regional. E é esse esforço de trabalhar em redes que tem impulsionado soluções criativas que não seriam produzidas sem a contribuição de diversos pontos de vista.

### JOÃO CARLOS CANUTO E MÁRIO ARTEMIO URCHEI

Pesquisadores da Embrapa Meio Ambiente, Jaguariúna (SP)  
joao.canuto@embrapa.br; mario.urchei@embrapa.br

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRANDÃO, C.R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CANUTO, J.C. Investigación en agroecología: instituciones, métodos y escenarios futuros. In: MORALES HERNÁNDEZ, J. (Coord.). **La agroecología en la construcción de alternativas hacia la sustentabilidad rural**. México: Siglo XXI: Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente, 2011. 318 p.

EMBRAPA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília-DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 70 p.

ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – III ENA. **Carta Política**. Juazeiro, 2014.

PETERSEN, P.; ROMANO, J. **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid, 1999. 144 p.

MAELA. **Metodologías participativas hacia el diálogo de saberes**. Memoria del Curso-Taller: Metodologías de investigación participativa para el rescate de tecnologías locales. Cochabamba: MAELA, 2000. 117 p.

BUCKLES, D. (Org.). **Caminhos para a colaboração entre técnicos e camponeses**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1995. 125 p.

# Mutações político-estéticas na comunicação da Soberania e

# SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

■ Juliana Dias e Mônica Chiffolleau





s processos de produção, circulação e apropriação da informação sobre alimentação vêm ganhando importância entre organizações da sociedade civil e nas políticas públicas na área de segurança alimentar. Nesse contexto, consideramos emblemática a Carta Política do III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA)<sup>1</sup> ao indicar que a *comunicação é um direito fundamental a ser defendido para a efetivação da democracia em nosso país e para a consolidação da agroecologia como o único modelo viável e sustentável para a agricultura brasileira* (ENA, 2013, p. 16).

O documento propõe o enfrentamento do sistema de comunicação dominante, que legitima ideologicamente os padrões de desenvolvimento geradores de desigualdades sociais e reforça estereótipos de mulheres, jovens, negros, povos e populações tradicionais. *Esse sistema está alicerçado em um forte e imbricado setor de mídia, umbilicalmente ligado ao grande capital e relacionado às forças mais conservadoras e reacionárias de nossa política* (ENA, 2013, p. 16), afirma a carta.

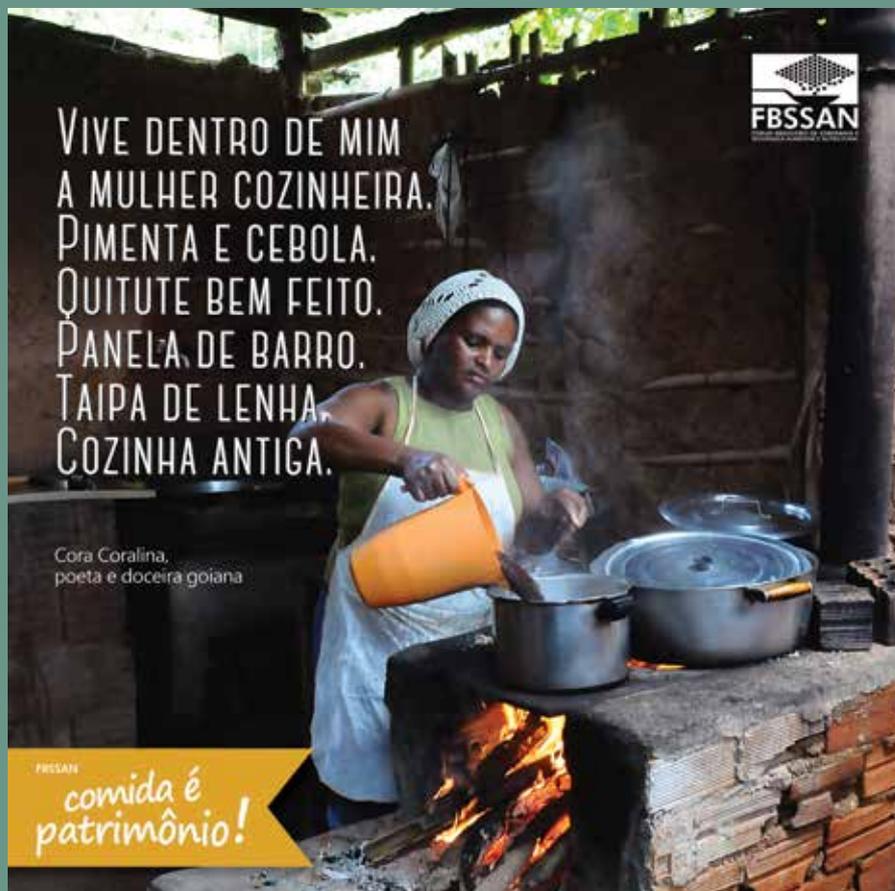
Na contracorrente desse sistema hegemônico, destacamos também o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) para as Políticas Públicas.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Para ler a íntegra da Carta Política do III ENA, acesse: <[http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Carta\\_Politica\\_do\\_III\\_ENA.pdf](http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Carta_Politica_do_III_ENA.pdf)>.

<sup>2</sup> Disponível em: <[http://www.ideiasnamesa.unb.br/files/marco\\_EAN\\_visualizacao.pdf](http://www.ideiasnamesa.unb.br/files/marco_EAN_visualizacao.pdf)>.

Lançado em 2012, o documento aponta que a forma como a comunicação se desenvolve é fundamental e influencia de maneira decisiva os resultados para a promoção da alimentação adequada e saudável. A valorização do conhecimento, da cultura e do patrimônio alimentar; a construção partilhada de saberes, de práticas e soluções; e as relações horizontais estão entre as qualidades desse modo insurgente de comunicar. Assim, *a comunicação ultrapassa os limites da transmissão de informações e a forma verbal, compreendendo o conjunto de processos mediadores da da Educação Alimentar e Nutricional*. (BRASIL, 2012, p.35).

O marco da EAN está em sintonia com as propostas dos movimentos sociais representados pela carta do ENA, ao reivindicar um sistema de comunicação que revele os conflitos, as violações de direitos e as injustiças sociais e ambientais como condição prioritária para outro projeto de nação. A Articulação



Nacional de Agroecologia (ANA) propõe uma comunicação plural, dialógica, horizontal e em rede. Esse modelo já é desenvolvido por inúmeras organizações, redes e movimentos que integram a ANA, entre os quais, o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN),<sup>3</sup> cuja experiência no uso de ferramentas de comunicação para sensibilizar e mobilizar a sociedade abordaremos aqui.

## COMIDA É PATRIMÔNIO: A CAMPANHA

Partindo desse esforço em elaborar abordagens teórico-metodológicas sobre comunicação e alimentação, o objetivo deste artigo é apresentar a experiência do Fórum com a campanha *Comida é Patrimônio*<sup>4</sup> e problematizar as implicações entre comunicar e comer.

Desde 1998, o FBSSAN articula pessoas, organizações, redes, movimentos sociais e instituições de pesquisa na luta pelo Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAAS). Esse panorama alerta para os graves impactos das mudanças de práticas alimentares e sua indissociável relação com o sistema alimentar hegemônico altamente envenenado e artificializado.

A ideia da campanha surgiu durante o VII Encontro Nacional do FBSSAN, em 2013, que teve como tema: *Que alimentos (não) estamos comendo?* De acordo com a integrante da coordenação do FBSSAN, Vanessa Schottz, a questão formulada para o evento levou os membros do Fórum a perceber como a defesa da comida como um patrimônio pode fazer da dimensão cultural da SAN um elemento articulador para despertar a consciência alimentar. A carta política<sup>5</sup> do evento registra que, apesar das conquistas na área da SAN, ainda faltam mecanismos de efetivação desses direitos *em face da persistência* e mesmo agudização de modelos alimentares responsáveis por danos sociais e ambientais que ameaçam tanto a diversidade cultural quanto a biodiversidade.

A campanha é uma plataforma de comunicação para a divulgação e a mobilização de um sistema alimentar mais justo, equita-

tivo, sustentável e saudável. Um dos objetivos é estimular a população a repensar sua relação com os alimentos, considerando a agrobiodiversidade, o saber-fazer culinário e as representações do comer como bens a serem preservados. Na maioria das vezes, porém, esse debate fica restrito aos ambientes acadêmicos e espaços de controle social de políticas públicas. Assim, buscando ampliar seu alcance, a campanha optou por utilizar as redes sociais como geradoras de novas formas de participação cidadã. Na visão de Bentes (2005, p. 11-12), *a discussão que interessa é como as redes sociais, com sua miríade de singularidades e processos de subjetivação, rompem com a lógica da reprodução através da informação e da comunicação.*

## COMO VER, VIRALIZAR E POLITIZAR PARA RELIGAR

O escritor e educador mineiro Rubem Alves (2012, p. 9) afirmava que as ideias, assim como as pimentas, têm o poder de provocar incêndios: *Basta uma brasa. Um único pensamento -pimenta... Inspirada nessa linguagem artística do pensamento -pimenta, a campanha associou o peso das palavras ao choque das imagens para provocar a reflexão e iluminar os sentimentos e a ação.* O projeto foi desenvolvido pelo Fórum em parceria com a agência de conteúdo e relacionamento Malagueta Comunicação, formada por jornalistas e pesquisadoras na área de fotografia, arte, filosofia e alimentação. A colher de pau foi eleita como símbolo da identidade visual, por fazer parte do ritual culinário, com seu acervo de gestuais e saberes.

Na busca por partilhar uma compreensão mais abrangente dos modos de comer, lançou-se mão das artes visuais, da poesia e da literatura, por serem capazes de traduzir a complexidade da condição humana e da condição do mundo. Foram garimpados pensamentos-pimentas de poetas, literários, militantes, cozinheiros, agricultores, antropólogos, gastrônomos com a finalidade de colocar brasas na comunicação sobre alimentação. As frases selecionadas foram agrupadas em quatro eixos: comida é bem material e imaterial;<sup>6</sup> comida é afeto, memória e identidade;<sup>7</sup> comida é diálogo de saberes;<sup>8</sup> e modos de produzir, viver e comer. Esses pensamentos foram

<sup>3</sup> Para saber mais sobre o FBSSAN, acesse: <<http://www.fbssan.org.br/index.php?lang=pt-br>>.

<sup>4</sup> Para saber mais sobre a campanha, acesse: <[http://www.fbssan.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=416:em-defesa-do-patrim%C3%B4nio-alimentar-brasileiro,-o-fbssan-lan%C3%A7a-campanha-em-suas-redes-sociais&catid=79&Itemid=672&lang=pt-br](http://www.fbssan.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=416:em-defesa-do-patrim%C3%B4nio-alimentar-brasileiro,-o-fbssan-lan%C3%A7a-campanha-em-suas-redes-sociais&catid=79&Itemid=672&lang=pt-br)>.

<sup>5</sup> Link para a Carta Política do VII Encontro Nacional do FBSSAN: <[http://www.fbssan.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=402:carta-pol%C3%ADtica-do-fbssan-aponta-desafios-na-luta-por-seguran%C3%A7a-alimentar&catid=79&Itemid=641&lang=pt-br](http://www.fbssan.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=402:carta-pol%C3%ADtica-do-fbssan-aponta-desafios-na-luta-por-seguran%C3%A7a-alimentar&catid=79&Itemid=641&lang=pt-br)>.

<sup>6</sup> [http://www.fbssan.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=417:comida-bem-material-e-imaterial&catid=79&lang=pt-br&Itemid=641](http://www.fbssan.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=417:comida-bem-material-e-imaterial&catid=79&lang=pt-br&Itemid=641)

<sup>7</sup> [http://www.fbssan.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=420:comida-%C3%A9-mem%C3%B3ria,-afeto-e-identidade&catid=79&Itemid=672&lang=pt-br](http://www.fbssan.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=420:comida-%C3%A9-mem%C3%B3ria,-afeto-e-identidade&catid=79&Itemid=672&lang=pt-br)

<sup>8</sup> [http://www.fbssan.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=421:comida-%C3%A9-di%C3%A1logo-de-saberes&catid=79&Itemid=672&lang=pt-br](http://www.fbssan.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=421:comida-%C3%A9-di%C3%A1logo-de-saberes&catid=79&Itemid=672&lang=pt-br)

transformados em cartazes digitais. A provocação das *ideias-brasas* foi aprofundada com a publicação de artigos sobre os eixos. Aludindo a Bentes (2015, p. 16), cada artigo trazia uma *causa, um afeto, um horizonte de mundos; e essa comunicação por afetação, e não por discurso de verdade, é uma distinção*, assumindo o desafio de produzir narrativas plurais e estéticas.

A primeira fase da campanha foi realizada exclusivamente pela internet. Os pensamentos-pimentas e os artigos foram publicados no site e na página do Facebook do FBSSAN, de janeiro a outubro de 2014. Os cartazes podem ser considerados como *memes*, pois permitem explorar o potencial multiplicador e viralizante de ideias, ou parte de ideias, imagens, desenhos, valores estéticos e morais, que puderam ser transmitidos e replicados. Observou-se que a campanha mobilizou uma audiência orgânica, aumentando consideravelmente os acessos nas páginas virtuais do Fórum.

Seguindo a lógica de que as redes digitais ocupam também o espaço físico, a segunda fase da campanha ganhou oficinas, deixando fluir o pensamento colaborativo e com o intuito de cocriar novos pensamentos-pimentas. Outra frente de trabalho foi uma exposição itinerante com os cartazes impressos em tamanhos 30x30 cm, 40x40 cm e 60x60 cm. O visitante é estimulado a contribuir com seus pensamentos-pimentas e interagir com a mostra, seja com receitas, sementes ou ideias num muro de papelão de seis metros de largura e três de altura. A exposição passou pelo Rio de Janeiro, por Brasília e por Buenos Aires, na Argentina. Outra estratégia foi imprimir os pensamentos-pimentas na forma de cartão postal, estimulando o participante a criar suas *brasas* e espalhá-las em outros espaços.

A campanha promove, assim, o pensamento participativo, que enxerga o todo nas partes e as partes no todo. Esse modo de pensar nos conduz a perceber que todo ser participa da Terra, de que não há um ser independente. Tornamo-nos cientes de que a comida religa. É o mesmo que dizer que somos nutridos pela Terra. Consideremos os alimentos – nós os compartilhamos, literalmente. A comida, que parece ser um objeto separado, transforma-se em nós mesmos. Como se vê, há algo errado com o fato de considerarmos, de modo literal, a comida como objeto separado. A literalidade mental tende a fragmentar as coisas, enquanto o pensamento participativo tende a juntá-las (BOHM, 2005, p. 154).

## COMUNICAÇÃO DIALÓGICA

A experiência de comunicação do FBSSAN encontra sinergia na perspectiva de Freire que define essa ciência multidisciplinar como uma relação social e política de sujeitos em diálogo (1971b, p. 66-67, *passim*, *apud* LIMA, 2011, p. 89). Assim, prescinde da coparticipação dos sujeitos; im-



Debate realizado na 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

plica reciprocidade; é diálogo, não transferência de saber; é um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. Nesse sentido, a comunicação torna possível a organização social. O modelo dominante de comunicação sobre alimentação parece se desvincular do diálogo, atendendo prioritariamente a interesses econômicos e mercadológicos e negligenciando as dimensões não econômicas da comida. (*ibidem*, p. 90).



“ NO MANIFESTO COMIDA DE VERDADE, ENFATIZA-SE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA O RESGATE DO ALIMENTO COMO PATRIMÔNIO SOCIOCULTURAL, PROMOVENDO CONSCIÊNCIA CRÍTICA SOBRE O CONSUMO COMO ATO POLÍTICO QUE INFLUI EM TODO O SISTEMA ALIMENTAR



A plataforma comunicacional *Comida é Patrimônio* se propõe dialógica, não emerge da unidade e do consenso, mas da diversidade e do pluralismo de ideias. A problemática alimentar demanda soluções interdisciplinares e intersetoriais, daí a importância de experiências de comunicação que desenvolvam novas linguagens ao invés de mimetizar os veículos comerciais, os quais, como apontam Deleuze e Guattari (1995, p.12;14), trabalham com comandos: *ordenar, interrogar, prometer, afirmar, não é informar (...)* A informação é apenas o mínimo estritamente necessário para a emissão, transmissão e observação das ordens consideradas como comandos.

A campanha está comprometida com estratégias da EAN, que favorecem a aproximação das instituições de ensino e pesquisa com a sociedade por meio do diálogo de saberes. No *Manifesto Comida de Verdade*,<sup>9</sup> enfatiza-se a importância da educação para o resgate do alimento como patrimônio sociocultural, promovendo consciência crítica sobre o consumo como ato político que influi em todo o sistema alimentar. Dessa forma, o FBSSAN continua com seu histórico empenho político de mobilizar a sociedade para valorizar as diversas dimensões da alimentação, a partir de criações narrativas coletivas que permitam gerar emoções, que tornem a causa da SAN e do DHAA compreensível e de fácil adesão para todos os públicos, gerando um vínculo de pertença diferente da militância política clássica.

A comunicação hegemônica aparece como um obstáculo para a tomada de consciência e o engajamento da população em problemas vitais da sociedade. É, portanto, urgente sistematizar e fomentar novos modelos de comunicar, pautados numa relação social e política, com a coparticipação dos sujeitos em diálogo, como assinala Freire (1971b, p. 66-67, passim, *apud* LIMA, 2011, p. 89). É uma pauta que definitivamente precisa encampar as lutas pela soberania e segurança alimentar.

<sup>9</sup> Para ler o documento na íntegra, acesse: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2015/novembro/manifesto-a-sociedade-mostra-o-que-e-comida-de-verdade>>

**JULIANA DIAS**

juliana@malaguetacomunicacao.com.br

**MÔNICA CHIFFOLEAU**

mchiffoleau@fair-trend.com

Doutorandas em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia (HCTE/UFRJ)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, R. **Pimentas**. Para provocar um incêndio não é preciso fogo. São Paulo: Ed. Planeta, 2012.
- ANA. **Carta política do III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA)**. Juazeiro, Bahia, 2014. Disponível em: <<http://enagroecologia.org.br/files/2014/05/Carta-Pol%C3%ADtica-do-III-ENA.pdf>>. Acesso em: 17 fevereiro 2016.
- BENTES, I. **Mídia-multidão** – estéticas da comunicação e biopolíticas. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2015.
- BOHM, D. **Diálogo**: comunicação e redes de conveniência. São Paulo: Palas Athena, 2005.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.
- CONSEA. **Manifesto Comida de Verdade**. V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN). Brasília (DF), 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/QRxOht>>. Acesso em: 17 fevereiro 2016.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- FBSSAN. **Carta política do VI Encontro Nacional**. Porto Alegre (RS), 2013. Disponível em <<http://goo.gl/AwFvNA>>. Acesso em: 17 fevereiro 2016.
- LIMA, de L.V. **Comunicação e cultura**: as ideias de Paulo Freire. 2. ed. rev. Brasília: Ed. UNB: Fundação Perseu Abramo, 2011.
- SODRÉ, M. **A ciência do comum**. Notas para o método comunicacional. Petrópolis: Ed, Vozes, 2014.

## PRÓXIMAS EDIÇÕES

### Impactos da Agroecologia Edição Especial (V.3, N.3)

### Pecuária Ecológica (V.3, N.4)

Os sistemas convencionais de produção animal caracterizam-se por uma extrema desconexão com os processos naturais de manutenção da vida nos ecossistemas em que são implantados. Além do alto índice de desmatamento para atender a crescente demanda por produtos de origem animal, a pecuária industrial é marcada por grandes populações animais concentradas em pequenos espaços; animais mantidos em condições ambientais que limitam a expressão de seus comportamentos naturais; raças pouco adaptadas, geneticamente condicionadas a apresentar altos níveis de conversão alimentar; emprego de hormônios de crescimento; grande vulnerabilidade a enfermidades contrabalançada com o uso intensivo de antibióticos e medicamentos sintéticos; rações comerciais cuja matéria-prima é oriunda de monoculturas transgênicas manejadas convencionalmente. Esses procedimentos resultam de um roteiro de inovação tecnológica orientado exclusivamente para a maximização da rentabilidade das criações. Além de comprometer o bem-estar dos animais, essas aberrações ecológicas estão estreitamente vinculadas à geração de um amplo conjunto de consequências negativas para o meio ambiente e para a saúde coletiva. Na pecuária de base agroecológica, os animais integram-se nos agroecossistemas desempenhando funções econômicas e ecológicas mutuamente benéficas, ao contribuir para a geração de rendas e para a reprodução da fertilidade sistêmica. A edição V13, N4 da *Revista Agriculturas* abordará esse amplo tema, procurando apresentar avanços e desafios dos criatórios ecológicos em diferentes biomas.

Data-limite para envio dos artigos:  
19 de setembro de 2016

**ACESSE: [www.aspta.org.br/agriculturas](http://www.aspta.org.br/agriculturas)**